



REFORMA · PREVIDÊNCIA · POUPANÇA · CAPITALIZAÇÃO

**CONTAMOS COM TODOS
PARA CONTINUAR A CRESCER**

DIANA
AMARAL

© RICARDO CASTELO



POR UMA SAÚDE MAIS PRÓXIMA DE TODOS

Existe uma Farmácia Comunitária A.C. (antes da COVID-19), e uma Farmácia Comunitária D.C. (depois da COVID-19). Foi sobre esta última que se debruçou o 14.º Congresso das Farmácias.

Até à pandemia, as farmácias eram pouco consideradas pelos decisores públicos na resolução de crises sociais e sanitárias. Isto, apesar do papel relevantíssimo que sempre desempenharam e de que é exemplo primeiro o Programa Troca de Seringas. A resposta do setor à COVID-19, contudo, veio alterar as perceções do poder político.

Num dos momentos mais disruptivos da História recente, os farmacêuticos comunitários evidenciaram-se perante a sociedade como profissionais altamente habilitados, com uma elevada capacidade de adaptação, uma incrível rapidez de organização e plenamente preparados para assumir responsabilidades. Avultámo-nos pela empatia e pela compaixão, características genéticas da profissão, essenciais à construção da relação de proximidade e cumplicidade que temos com as pessoas, e decisivas em momentos de crise. Afirmámo-nos, mais uma vez. Orgulhosamente!

Após três dias de congresso, onde ouvimos os colegas, as associações representativas de pessoas que vivem com doença, os principais parceiros e *stakeholders*, e os decisores políticos, foi unânime o enorme capital de confiança depositado nos profissionais das farmácias comunitárias.

De igual modo, foi inequívoco o consenso em torno da ideia de que a nossa é a rede mais bem posicionada para o acompanhamento da população portadora de doenças crónicas.

Escutámos um apelo uníssono das pessoas e dos parceiros da Saúde pela integração, formal e rápida, do farmacêutico nas equipas que acompanham a jornada tera-

pêutica das pessoas com doença.

Foi dito, repetidamente, por diferentes *stakeholders*, que, por cá, ao contrário do que já é comum em várias partes do mundo, as farmácias não estão a ser aproveitadas. Mas que o futuro passará pela rede. Porque é preciso aliviar pressão na Saúde, e os serviços farmacêuticos estão comprovadamente aptos a fazê-lo; e é preciso, simultaneamente, gerar poupanças, e os serviços farmacêuticos contribuem para a sustentabilidade do sistema. É uma questão de tempo.

Parafraseando o ministro da Saúde, *as farmácias são um exército de saúde que o país tem de aproveitar.*

Já não há pretextos para quem tem o poder de operar as mudanças necessárias. *O poder político tem a obrigação de usar a capilaridade, a capacidade profissional e a confiança depositadas na rede de farmácias:* palavras proferidas também por Manuel Pizarro. Perante a plateia, que lotou o auditório principal do Centro de Congressos de Lisboa, o ministro assumiu que os projetos da renovação da terapêutica crónica e da dispensa em proximidade de medicamentos hospitalares serão uma realidade ainda em 2023. As farmácias estão prontas, mas todos sabemos que um serviço bom é um serviço viável, o que implica a sua remuneração.

Do nosso lado, do lado da rede, queremos e estamos disponíveis para revolucionar o conceito de Farmácia Comunitária nos próximos anos. Queremos e estamos empenhados em superar as expectativas daqueles que nos procuram diariamente e que exigem, e têm direito, a mais Saúde. Queremos e estamos comprometidos com a valorização do papel do farmacêutico comunitário e com o alcance de um equilíbrio perfeito, através de uma maior complementaridade entre todas as entidades de saúde. Queremos e estamos convictos de que todos sairemos a ganhar com uma Saúde mais próxima de todos!

www.revistasauda.pt

Diretora _____
Diana Amaral

Diretora-adjunta – Editorial _____
Maria Jorge Costa

Editor de Fotografia _____
Pedro Loureiro

Capa _____
Murais da exposição “Farmácias contra a COVID-19 – A liberdade em segurança”.
Museu da Farmácia

Responsável de Marketing _____
Susana Martins de Almeida

Redação _____
Carina Machado
Catarina Casquinha
Irina Fernandes
Nuno Esteves
Pedro Veiga
Sandra Costa
Vera Pimenta

Jornalista Convidado _____
Paulo Martins

Arquivo das Farmácias _____
Ricardo Martins

Secretária de Redação _____
Paula Cristina Santos
comunicacao@anf.pt

Direção de Arte e Paginação _____
Ideias com Peso

Projeto Editorial _____
Direção de Comunicação
da Associação Nacional das Farmácias

Projeto Gráfico _____
Ideias com Peso

N.º 245: janeiro – junho 2023

Tiragem: 5.500 exemplares

Impressão e acabamento _____
Lidergraf Sustainable Printing

Publicidade _____
comercial@sauda.pt | 213 400 706

Assinaturas
1 ano (2 edições): 30 euros
Estudantes de Farmácia: 20 euros

FARMÁCIA PORTUGUESA
é uma publicação da
Associação Nacional das Farmácias
Rua Marechal Saldanha, 1
1249-069 Lisboa

anf

Associação Nacional das Farmácias
Todos os direitos reservados.



6:



24:



50:



52:



58:

JAN/JUN 2023 : 245

- 14º CONGRESSO DAS FARMÁCIAS**
- 6 FARMÁCIAS PREPARADAS E DISPONÍVEIS PARA MAIS
- 11 «AS FARMÁCIAS SÃO UM EXÉRCITO DE SAÚDE QUE O PAÍS TEM DE APROVEITAR»
Manuel Pizarro, Ministro da Saúde
- SESSÃO PLENÁRIA I**
- 12 MAIS EFICIÊNCIA
TRANSFORMAR A RELAÇÃO COM A PESSOA
- 15 «PRECISAMOS QUE AS FARMÁCIAS ACOMPANHEM OS DOENTES CRÓNICOS»
Xavier Barreto, Presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares
- SESSÃO PLENÁRIA II**
- 16 MAIS INTERVENÇÃO
FARMÁCIA. A SAÚDE PRÓXIMA DE TODOS
- SESSÃO PLENÁRIA III**
- 20 MELHOR INTEGRAÇÃO
DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O SETOR DA SAÚDE
- ENTREVISTA**
- 24 AVANÇAR É PRECISO
Paulo Espiga, Conselho de Administração CHULC
- PRÉ-CONGRESSO**
- 28 MAIOR COMPLEMENTARIDADE
SERVIÇOS FARMACÉUTICOS CENTRADOS NAS PESSOAS - QUE RESPONSABILIDADES?
- 29 ALIADAS DO SNS
Maria Mendes, Área de Intervenções em Saúde, ANF
- 30 COMO POUPAR 1,2 MIL MILHÕES DE EUROS
António Pedro Machado, Médico de Medicina Interna
- PEQUENO-ALMOÇO EXECUTIVO**
- 32 AS LIÇÕES E RECOMENDAÇÕES DE UMA CLASSE PÓS-PANDEMIA
- SESSÕES PARALELAS**
- 36 OLHAR PARA FORA E MAIS ALÉM
- 39 OLHAR PARA DENTRO E MAIS FUNDO
- 42 À BEIRA DE UMA NOVA REALIDADE
Helder Mota Filipe, bastonário da Ordem dos Farmacêuticos
- PÓSTERES CIENTÍFICOS E COMUNICAÇÕES ORAIS**
- 44 MAPAS EM FORMA DE PÓSTER
- 46 «É IMPORTANTE RECUPERAR A TRADIÇÃO DOS ESTÁGIOS EM FARMÁCIA COMUNITÁRIA»
Prof. Antónia Falcão, presidente da Comissão Científica do 14.º Congresso das Farmácias
- 47 O ARRANQUE DE UMA NOVA PROFISSÃO
Paulo Fernandes, presidente da Comissão Organizadora do 14.º Congresso das Farmácias
- FARMÁCIAS SOLIDÁRIAS**
- 48 ABEM: BENEFÍCIOS COLATERAIS
- 50 FOTORREPORTAGEM: GALA SOLIDÁRIA GARANTE APOIO A 190 BENEFICIÁRIOS ABEM
- POLÍTICA DA REDE**
- 52 TRAG: «AS FARMÁCIAS SUPERARAM-SE»
- 54 13 MILHÕES DE TESTES
- 56 SERVIÇO CAMPEÃO
- FARMÁCIAS REAIS**
- 58 «DESCOMPlicAR AS URGENCIAS DO PAÍS»
- 61 ALÉM DO MEDICAMENTO
- 64 TESTAGEM DE PROXIMIDADE
- MUSEU DA FARMÁCIA**
- 67 A CONTADORA DE HISTÓRIAS
João Cordeiro e João Neto
- MEMÓRIA**
- 68 ORDEM COM ARGUMENTOS SECULARES
- HOMENAGEM**
- 70 O BEM-HUMORADO ORGANIZADOR
Vitor Segurado (1959-2023)
- PRESIDENTE**
- 74 RECONHECIMENTO
Emo Paulino



Durante três dias, o setor ouviu e fez-se ouvir. A Saúde precisa das farmácias e elas não pedirão licença para assumir as suas responsabilidades.

TEXTO: CARINA MACHADO

FOTOGRAFIAS: MÁRIO PEREIRA, MIGUEL RIBEIRO FERNANDES E PEDRO LOUREIRO

A 9, 10 e 11 de fevereiro realizou-se, em Lisboa, o 14.º Congresso das Farmácias, após um interregno causado pela pandemia, que deixou toda a vivência social em suspenso e pôs em destaque dois factos: «que o mundo estava mal preparado para lidar com algo pré-anunciado há décadas», e que já não há «pretextos nem indultos para quem tem o poder e a responsabilidade de operacionalizar as mudanças necessárias» na Saúde. Estas foram também, para a presidente da ANF, as grandes conclusões dos três dias de reencontro do setor, que aconteceu sob o mote “Farmácias: A Saúde Próxima de Todos”.

Em Paulino não tem dúvidas de que, ao longo dos trabalhos, ficou evidente a competência instalada nas far-

mácias, tal como a mudança que tem de ocorrer ao nível da introdução de atividades programadas e pró-ativas de acompanhamento do cidadão. De igual modo, foi amplamente discutida a necessidade «incontestável» de promover o acesso do farmacêutico à informação clínica das pessoas que serve, assim como da criação de canais de comunicação bidirecionais entre profissionais. «O mundo mudou, e não volta a ficar igual. Hoje, as necessidades são outras, e as soluções não podem ser as mesmas», sublinhou no balanço dos três dias.

Antes, perante o responsável da tutela, presente na abertura do evento, a presidente da ANF havia reafirmado não só a disponibilidade, mas a preparação das farmácias para assumir «novos serviços de saúde, transversais a todo

«JÁ NÃO HÁ PRETEXTOS PARA QUEM TEM O PODER DE OPERAR AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS»

o território, justamente remunerados, e que contribuam para os objetivos do SNS». Recordando a intervenção da rede e os resultados alcançados na resposta expedita aos portugueses durante a pandemia, realçou o envolvimento na estratégia nacional de testagem à COVID-19 como «exemplo de iniciativa, empreendedorismo e capacidade de implementação» de um setor que «não deixou ninguém para trás».

Na volta do correio, o ministro disse que não é só o Ministério da Saúde que deve, por isso, às farmácias um agradecimento pela prestação durante a crise sanitária causada pelo SARS-CoV-2. É, no entender de Manuel Pizarro, «toda a sociedade portuguesa». O responsável diz-se convicto de que o poder político «tem a obrigação de usar a capilaridade, a capacidade profissional e a confiança depositadas na rede de farmácias» em benefício da saúde dos portugueses. Desde logo, os mais de 150 mil que todos os meses têm de se deslocar aos hospitais só para recolher medicação, e todos os que vivem com doença crónica e que têm de renovar periodicamente as terapêuticas, aludiu. O Orçamento do Estado para 2023 contempla quer a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, quer a renovação da prescrição crónica, questão cuja resolução considera ser «mais de natureza burocrática do que clínica, e que vai simplificar a vida às pessoas, contribuir para uma melhor qualidade da adesão à terapêutica, e dar aos doentes mais tempo com o médico». Estas são «medidas



As farmácias estão preparadas para assumir «novos serviços de saúde, transversais a todo o território, justamente remunerados, e que contribuam para os objetivos do SNS», sublinhou a presidente da ANF



«Sintam-se orgulhosos de ser farmacêuticos comunitários», exortou Dominique Jordan, acentuando a importância do serviço prestado às populações

que queremos implementar com as farmácias e nas quais acredito preponderantemente», afirmou.

Da ANF ficou a garantia: o setor está alinhado com tais objetivos e tem todas as condições para os implementar «no primeiro semestre de 2023», assegurou a sua presidente, acrescentando estar também a rede preparada, e disponível, para mais responsabilidade em contexto de escassez de medicamentos, e para um maior acompanhamento clínico das pessoas, mediante a possibilidade de acesso aos dados em saúde. A terminar, Ema Paulino recordou que «o ato farmacêutico suporta e exige intervenções que salvaguardem a Saúde Pública e individual, e está associado a uma imensa responsabilidade individual, que



Mais de 1300 congressistas participaram nos três dias de trabalhos

MLP

«O PODER POLÍTICO TEM A OBRIGAÇÃO DE USAR A CAPILARIDADE, A CAPACIDADE PROFISSIONAL E A CONFIANÇA DEPOSITADAS NA REDE DE FARMÁCIAS», AFIRMOU O MINISTRO

não pode ser delegada em terceiros. No que toca a nós, as farmácias e as equipas das farmácias, não temos de pedir licença nem autorização a ninguém para fazer o que é da nossa responsabilidade».

De fora veio um agradecimento muito especial. O representante mundial dos farmacêuticos, presidente da Federação Internacional Farmacêutica (FIP), congratulou as farmácias portuguesas «pelo trabalho desenvolvido junto das autoridades políticas, no sentido de mostrar as soluções que podemos aportar aos sistemas de saúde em colaboração com outros profissionais. Trata-se de um esforço de que todos beneficiamos globalmente», afirmou Dominique Jordan. O responsável fez questão de sublinhar

que «a FIP precisa de pioneiros que mostrem ao mundo, com o seu exemplo, os caminhos que a profissão tem de seguir, e Portugal tem-lo sido», sublinhou.

«Sintam-se orgulhosos de ser farmacêuticos comunitários», exortou, acentuando a importância do serviço prestado às populações. «Não queremos ser pequenos médicos, mas temos, de facto, muito a acrescentar. Somos profissionais de saúde próximos, disponíveis e prestamos aconselhamento técnico de elevado valor. Trabalhamos muito para que os resultados em saúde sejam alcançados e para assegurar equidade na entrega». Precisamente por esse motivo, «não é vergonha nenhuma exigir ser justamente remunerado. Ninguém nos pergunta a nós, farmácias, o que precisamos. Temos de ser nós, através das nossas associações representativas, a dizê-lo, sem receios».

Dominique Jordan aproveitou a intervenção com que encerrou o 14.º Congresso das Farmácias para realçar a importância de acautelar o futuro da profissão de farmacêutico comunitário, considerando essencial que os domínios da ciência, da educação e da prática colaborem intimamente para assegurar que profissionais diferenciados chegam ao mercado. «É preciso dialogar com as pessoas e com as instituições. O setor tem de evidenciar as necessidades que sente, para que as soluções possam ser construídas, e estou convencido de que, no caso português, pelo que ouvi neste congresso, estão a seguir a estratégia correta. O século XXI será dos farmacêuticos, estou convencido disso».

GOVERNO ACABA COM DUPLA TAXAÇÃO



PL

O ministro da Saúde anunciou no congresso o fim da dupla taxação que era exigida às farmácias comunitárias pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS) e pelo Infarmed. Por entre os aplausos dos mais de 1300 congressistas presentes, Manuel Pizarro entregou em mãos, à presidente da ANF, o despacho conjunto das Finanças e da Saúde. A portaria isenta as farmácias comunitárias, prestadoras de serviços farmacêuticos, da taxa de registo e da contribuição regulatória da ERS, ainda que se mantenha a sujeição das mesmas à regulação da ERS e, conseqüentemente, à obrigação do registo no que respeita à prestação de cuidados de saúde.

ANF E ORDEM EM SINTONIA

A missão que as farmácias se propõem cumprir carece de «uma profissão robusta e motivada», lembrou Ema Paulino na abertura do congresso. Daí a aposta da ANF numa estratégia que permita a atração, a retenção e o desenvolvimento de talento nas farmácias, a qual, lembrou, «deve ser promovida em colaboração com a Ordem dos Farmacêuticos».

Helder Mota Filipe, bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, manifestou total sintonia com a presidente da ANF. «Queremos reconhecer o papel do farmacêutico especialista em Farmácia Comunitária, capacitado para a prestação de serviços diferenciados, com um percurso e uma carreira profissional mais estimulante e apelativa», disse. O bastonário convocou os farmacêuticos presentes no congresso a uma candidatura massiva à obtenção da especialidade em Farmácia Comunitária, e revelou ainda a preparação do lançamento de novas competências farmacêuticas: uma em Oncologia, «transversal aos colegas comunitários e hospitalares», e a competência em Investigação Clínica.



PL

MINISTRO ABRE EXPOFARMA'23

Manuel Pizarro inaugurou oficialmente a edição de 2023 da Expofarma, que decorreu em paralelo ao 14.º Congresso das Farmácias. O governante passou pelos vários pavilhões, por onde se distribuíram 93 *stands* de parceiros das farmácias das mais distintas áreas, numa visita replicada por 6.584 outros visitantes.



PL



PL

KEYNOTE ADDRESS

O EQUILÍBRIO IMPERFEITO

Portugal é o segundo país mais envelhecido da Europa, e o quinto em todo o mundo. Enfrenta, por isso, questões de custo-eficiência na Saúde que, avisa Adalberto Campos Fernandes, é necessário encarar. «Se, por um lado, ganharmos a batalha por mais anos de vida, não vencemos a doença crónica: os portugueses são doentes crónicos aos 59 anos», sublinhou o professor de Saúde Pública, defendendo que é preciso conciliar a inovação com o custo a pagar por ela. Acontece que o mercado global da inovação terapêutica, muito focado na patologia, não é controlado pelos Estados, lembra,

e o nível de inovação terapêutica e de diferenciação profissional de hoje não encontra paralelo nos 44 anos de SNS. Ou seja, o equilíbrio perfeito entre financiadores, reguladores, prestadores, sistemas e serviços de saúde é impossível de alcançar. Mas há passos importantes no sentido do custo-efetividade, e um melhor aproveitamento da capacidade instalada daquela que diz constituir a maior e mais antiga parceria público-privada do país, é um deles. Hoje há abertura para uma maior integração das farmácias como um parceiro na Saúde, sendo de toda a vantagem o seu funcionamento como porta de triagem, aliviando a pressão «sobre os serviços de urgência hospitalares».



MANUEL PIZARRO

MINISTRO DA SAÚDE

«AS FARMÁCIAS SÃO UM EXÉRCITO DE SAÚDE QUE O PAÍS TEM DE APROVEITAR»

ENTREVISTA: MARIA JORGE COSTA

REVISTA FARMÁCIA PORTUGUESA: Desde o primeiro momento, as farmácias assumiram, voluntariamente, a missão de combater a pandemia. É agora chegada a altura de reconhecer os serviços prestados?

MANUEL PIZARRO: Sim. A minha presença aqui hoje serve precisamente para enaltecer o seu papel no sistema de Saúde português e o enorme contributo que dão para o SNS com a sua atividade tradicional e, de forma cada vez mais inovadora, com outros serviços. Também por isso são muito importantes as medidas que nos propomos implementar este ano. A renovação da prescrição dos doentes com medicação crónica, que simplificará a vida das pessoas, e a distribuição de medicamentos hospitalares em proximidade.

RFP: Qual será o calendário de aplicação destas medidas em 2023?

MP: Quanto mais cedo, melhor. Mas é melhor fazer bem um pouco mais tarde, do que apressar as coisas. Ao fim de tantos anos de ambição por medidas deste tipo, podemos bem controlar a nossa vontade e garantir que começam a funcionar com segurança e tranquilidade de todas as entidades envolvidas.

«NÃO TENHO DÚVIDAS DE QUE O SERVIÇO FARMACÊUTICO TEM DE SER VALORIZADO»

RFP: Otimista como está, deixa de ser tabu falar-se na valorização do serviço farmacêutico?

MP: Não tenho nenhuma dúvida de que o serviço farmacêutico tem de ser valorizado. Temos de tirar partido desta rede imensa que as farmácias representam. Uma rede cuja qualificação é enorme, com um enorme capital de confiança junto dos portugueses e onde a média de farmacêuticos por cada farmácia é de quatro profissionais. Ora, isto é um exército de saúde que o país tem de aproveitar ainda mais.

RFP: Um exército que tem de ser economicamente sustentável.

MP: Sim, temos de combinar tudo com as regras de sustentabilidade económica, e também estamos empenhados nisso. Em última instância, a farmácia é um serviço de saúde, mas também uma empresa, e é preciso garantir que tudo se passa com o devido equilíbrio.

TRANSFORMAR A RELAÇÃO COM A PESSOA



TRANSFORMAR A RELAÇÃO COM A PESSOA

MAIS EFICIÊNCIA

TEXTO: VERA PIMENTA

FOTOGRAFIA: MÁRIO PEREIRA

A relevância das farmácias como ponto de contacto entre os doentes e o sistema de Saúde impele à ascensão da figura do «farmacêutico de família». A afirmação é do presidente da Direção da União das Associações de Doenças Raras, que salienta o potencial da consulta farmacêutica no acompanhamento de pessoas com doença crónica e a consequente urgência da incorporação formal destes profissionais nas equipas multidisciplinares de apoio. Para Paulo Gonçalves, os farmacêuticos comunitários têm também, deste modo, um contributo importante a

prestar à sustentabilidade do sistema de Saúde. «E, se prestam um serviço, têm de ser remunerados», defende.

O presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) alinha pelo mesmo diapasão, sublinhando ainda o desperdício que representa para todos o «desaproveitamento» da rede de farmácias no seguimento de doentes crónicos. Xavier Barreto alerta que, face ao envelhecimento da população, esta é uma área onde urge tomar medidas, e os farmacêuticos comunitários «podem dar um contributo muito importante e acrescentar valor ao sistema de Saúde».



Pedro Correia considera que a comparticipação de serviços é um dos eixos de desenvolvimento de parcerias entre a Médica e as farmácias

IMPORTA QUE AS FARMÁCIAS TENHAM ACESSO A MAIS INFORMAÇÃO DOS DOENTES

Os responsáveis falavam na sessão plenária “Transformar a relação com a pessoa”, moderada pela vice-presidente da ANF, Paula Dinis, onde a relevância do acompanhamento integrado e da partilha de dados entre profissionais para a jornada de saúde das pessoas esteve em discussão.

Sobre este último aspeto, o presidente do Conselho de Administração dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) concordou com os demais na importância de se



PAULO GONÇALVES

Presidente da Direção da União das Associações de Doenças Raras (RD - Portugal)

«O FARMACÊUTICO TEM DE SER UM ELEMENTO FORMAL DAS EQUIPAS QUE NOS SEGUEM»

TEXTO: MARIA JORGE COSTA

«A proximidade das farmácias e dos farmacêuticos é um valor absolutamente crítico para nós, doentes crónicos. Valem-nos nos esclarecimentos ou nalgum acompanhamento de que precisamos, perante a enorme dificuldade que muitas vezes sentimos no contacto com os demais serviços de saúde. Aliás, para nós é bastante incompreensível que o farmacêutico comunitário não seja ainda um elemento formal das equipas que nos acompanham». Em discurso direto, Paulo Gonçalves introduz as razões pelas quais as pessoas representadas na União das Associações de Doenças Raras defendem a figura do farmacêutico de família, e desfia exemplos práticos de intervenção urgente: «Precisamos da sua ajuda para lidar com a complexidade da medicação. Muitos de nós somos polimedicados e precisamos de apoio para identificar ou resolver conflitos, porque é uma matéria que não percebemos. E este apoio é essencial também para a equipa clínica que nos segue, porque o farmacêutico consegue filtrar a informação que recebe das pessoas, destriçar o essencial, identificar o importante, e passar para os restantes profissionais, carregando-a no nosso registo».

Esta interligação de que fala, «muito necessária», é hoje inexistente, e Paulo Gonçalves acredita que isso se deve, em parte, a uma confusão entre proteção de dados e consentimento informado. «Nós, pessoas com doença, queremos poder decidir sobre quem tem o nosso consentimento para aceder aos dados que são nossos, de mais ninguém. Estando os registos clínicos ao abrigo do SNS, o que tem de acontecer é que eu devo ser notificado sempre que alguém, que tem de estar registado no sistema, tenta aceder-lhes, para que eu saiba e possa dizer sim ou não. Isto não é tecnologicamente difícil. É uma questão de vontade política, claramente também de dinheiro, mas esta é uma transformação que tem de acontecer, porque até lá, os doentes, especialmente os que têm doenças raras, estão a ser prejudicados de muitas formas, inclusive na possibilidade de participarem em ensaios clínicos».



Luís Goes Pinheiro identificou o registo de saúde eletrónico como área de parceria entre as farmácias e os SPMS

equacionarem, a breve trecho, modos de possibilitar às farmácias o acesso a mais informação dos doentes, «para que possam cumprir de forma mais cabal a sua ação junto dos cidadãos». As farmácias, frisa Luís Goes Pinheiro, «são um parceiro fundamental do SNS, e até uma linha avançada, situando-se na frente dos cuidados, junto das pessoas. Desse ponto de vista, tudo o que puder ser feito para melhorar a sua prestação é essencial». Como área de parceria, Goes Pinheiro identificou o registo de saúde eletrónico, âmbito em que, revelou, «vamos continuar a ser parceiros», e expressou o desejo de que os dados recolhidos pelas farmácias possam também contribuir para o enriquecimento da informação disponível. Em jeito de conclusão, considerou haver «uma clara mais-valia no aprofundamento da nossa relação, com vista a ajudar o sistema de Saúde a funcionar melhor».

Lembrando o «caminho conjunto feito com a ANF há mais de 30 anos», o presidente da Comissão Executiva da CUF, Rui Diniz, realçou a «disponibilidade e vontade» da organização em prosseguir a colaboração com as

«AS FARMÁCIAS SÃO
UM PARCEIRO FUNDAMENTAL
DO SNS, UMA LINHA AVANÇADA JUNTO
DAS PESSOAS»

farmácias, «centrada na continuidade de cuidados e de informação aos doentes que servimos». De igual modo, Ana Jorge, presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, reforçou a intenção de «trabalhar em rede com as farmácias, para o desenvolvimento de serviços que façam sentido na comunidade».

«As farmácias são um polo fundamental ao nível dos cuidados primários», realçou também o *head of Health Operations* da Médis. Pedro Correia considera que a participação de serviços farmacêuticos é «um dos eixos em que mais podemos desenvolver a colaboração com as farmácias», unindo «a proximidade da rede à acessibilidade que o seguro de saúde procura oferecer».



PL

XAVIER BARRETO

*PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA DE ADMINISTRADORES
HOSPITALARES*

**«PRECISAMOS QUE AS
FARMÁCIAS ACOMPANHEM
OS DOENTES CRÓNICOS»**

ENTREVISTA: IRINA FERNANDES

REVISTA FARMÁCIA PORTUGUESA: Como perspetiva a evolução das farmácias no apoio às pessoas que vivem com doença?

XAVIER BARRETO: Acredito que podem ter um papel completamente diferente no percurso clínico dos nossos doentes. Têm os recursos humanos qualificados necessários e uma presença capilar em todo o país, características que as diferenciam na capacidade de intervenção. E o nosso sistema de Saúde precisa, de facto, do seu contributo em áreas fundamentais, como o acompanhamento de doentes crónicos. Portugal tem uma população cada vez mais envelhecida e acometida de doenças crónicas, o que coloca uma pressão tremenda sobre o SNS. Simultaneamente, existe evidência internacional de que estes doentes podem ser acompanhados com qualidade e satisfação nas suas farmácias comunitárias. É o que esperamos que aconteça cá, a curto prazo.

RFP: Fala de evidência internacional...

XB: Estas intervenções já foram testadas noutros países, com ótimos resultados: elevada satisfação dos doentes, redução de custos, bom controlo das doenças. Em patologias específicas, como a diabetes e a hipertensão, foram monitorizados os resultados clínicos das pessoas nestes programas de

**«ESTAS INTERVENÇÕES,
NOUTROS PAÍSES, TIVERAM
ÓTIMOS RESULTADOS. NÃO HÁ RAZÃO
PARA QUE NÃO ACONTEÇAM
CÁ TAMBÉM»**

acompanhamento em farmácias comunitárias e foram excelentes. Tenhamos em conta o currículo de um mestre em Ciências Farmacêuticas, acrescentando a formação específica dos especialistas em Farmácia Comunitária... não tenho qualquer dúvida de que os farmacêuticos comunitários deste país estão capacitados. Logo, não existindo qualquer tipo de obstáculo, nem sequer legal, não há razão nenhuma para que não aconteça cá também. Há uma preocupação com os custos. Nós também a temos! Mas este é um caso neutro, ou mesmo benéfico, em termos de impacto orçamental. Terá um custo: o ato farmacêutico, que tem de ser pago. Mas teremos menos uma consulta hospitalar, cuja estrutura de custos é muito mais cara. A intervenção é custo-efetiva.



FARMÁCIA. A SAÚDE PRÓXIMA DE TODOS

MAIS INTERVENÇÃO

TEXTO: SANDRA COSTA

FOTOGRAFIA: MÁRIO PEREIRA



Miguel Guimarães defende uma maior integração de serviços nas farmácias

O contributo das farmácias comunitárias para um sistema de Saúde centrado nas pessoas pode ser muito significativo, se o caminho for feito no sentido de uma maior integração de serviços. A afirmação é de Miguel Guimarães, bastonário da Ordem dos Médicos em exercício nos dias em que decorreu o 14.º Congresso das Farmácias. O clínico, que interveio no debate da segunda sessão plenária dos trabalhos, moderado por Carolina Mosca, presidente do Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária da Ordem dos Farmacêuticos, defende também que se coloque o foco na prevenção da doença. Para tal, propõe a criação de um projeto abrangente de educação para a saúde, envolvendo o SNS, o setor privado e o setor social, «coordenado por um instituto independente, tutelado pelo Ministério da Saúde, mas com orçamento próprio». Os objetivos são de longo prazo e o sucesso dependerá do envolvimento de escolas, autarquias, cuidados primários e farmácias, aponta. «As farmácias e os cuidados de saúde primários são os dois pratos da balança na promoção da saúde», acredita.

Fernando de Almeida, presidente do Conselho Diretivo do INSA, apoia a proposta e garante que «os médicos não são exclusivistas»: querem trabalhar com outros parceiros da saúde. O responsável assegura que gostaria de ver mais comunicação entre os médicos e os farmacêuticos comunitários para, em conjunto, desenvolverem projetos



«Os médicos não são exclusivistas, querem trabalhar com outros parceiros da Saúde», garante Fernando de Almeida

RENOVAÇÃO DA TERAPÊUTICA CRÓNICA, DISPENSA EM PROXIMIDADE E REGISTO ÚNICO DE DADOS EM SAÚDE: TRÊS REALIDADES QUE AS PESSOAS QUEREM TER NAS FARMÁCIAS



MIGUEL GUIMARÃES
Anterior Bastonário da Ordem dos Médicos

«AS FARMÁCIAS TÊM UM PAPEL FUNDAMENTAL NA PROTEÇÃO DA SAÚDE»

TEXTO: SANDRA COSTA

• **A** Europa caminha para o processo clínico único, que se tornará numa realidade dentro de poucos anos, e Portugal está em posição de se tornar num excelente exemplo para o resto dos países sobre o que é este processo e a sua importância, defende Miguel Guimarães, anterior bastonário da Ordem dos Médicos. As perspetivas são mais do que boas, argumenta, dado o nível de desenvolvimento informático na área da Saúde, de que a receita eletrónica é um exemplo. A distância entre a perspetiva e a consumação do facto mede-se em vontade do Estado, já que é preciso que o investimento necessário seja assumido como uma prioridade. «Falamos de algo que dá trabalho, porque têm de ser integrados vários e diferentes sistemas, e têm de se convencer os setores privado e social de que esta necessidade é imperiosa para conseguirmos, de facto, ter uma maior eficiência na utilização da informação». As mais-valias para todos os operadores, e em especial para os doentes, levam-no a desejar que se avance rapidamente nesse sentido, e considerando que a proteção dos dados das pessoas deverá ser gerida pelas próprias. Para o médico, as farmácias comunitárias têm um papel «fundamental», sublinha, na área que está convencido deverá ser a prioridade entre fronteiras: a proteção da saúde, através da literacia e prevenção da doença. «O nosso objetivo tem de ser ter mais pessoas saudáveis e menos pessoas doentes. Uma coisa é tratar doentes. Faz-se nos hospitais e nos cuidados primários, e também pode haver integração de cuidados nas farmácias. Mas na prevenção o papel dos farmacêuticos não é acessório, é muito importante. Nós temos farmácias distribuídas pelo país inteiro. Como dizia António Arnaut, elas são o braço longo do SNS».



A prestação de serviços nas farmácias é uma tendência crescente, realçou Érica Viegas

de literacia em saúde, tendo como destinatários preferenciais os idosos. «As farmácias existem para as pessoas, os médicos existem para as pessoas. As pessoas são o foco», afirmou.

E as pessoas, as com doença e os cidadãos em geral, querem mais das farmácias, assevera a presidente da Plataforma Saúde em Diálogo. Serviços como a renovação da terapêutica crónica ou a dispensa em proximidade de terapêuticas habitualmente dispensadas em ambulatório hospitalar, assim como o registo único de dados em saúde, são três das reivindicações mais prementes. «Queremos que reforcem o vosso papel na integração de cuidados de saúde e o papel social que têm na comunidade», apelou Maria do Rosário Zincke aos farmacêuticos. Como exemplo a seguir, partilhou a participação das farmácias no projeto Espaço Saúde 360° Algarve, promovido pela Plataforma Saúde em Diálogo, em que as farmácias prestam o serviço de revisão terapêutica e referenciam utentes para outros níveis de cuidados.

Érica Viegas, do Conselho Diretivo do Infarmed, defendeu igualmente a cooperação entre os parceiros da saúde para dar resposta à doença crónica. A rede portuguesa de



FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Diretivo do INSA

**«QUANTO MAIS PUDERMOS EVITAR
QUE AS PESSOAS VÃO AO MÉDICO, MELHOR»**

TEXTO: SANDRA COSTA

• **A** Medicina e a Farmácia têm já um processo de comunicação, mas tem de ser melhorado e focado na missão de cada uma das áreas, que é cuidar das pessoas que precisam. «E sempre que falamos de pessoas, temos todos os motivos para nos juntarmos e articularmos», alega Fernando de Almeida. «Não me canso de dizer que temos de nos articular para evitar aspetos que são sempre muito negativos. O primeiro é, desde logo, forçar as pessoas a recorrer aos médicos. Quanto mais pudermos evitar que vão ao médico, melhor. Não é proibir, mas fazer todos os possíveis para evitar, prevenindo, assim, desconforto e despesas. Todos melhoramos se conseguirmos resolver as questões através de um serviço de proximidade, como é a farmácia». A tese do presidente do INSA não passa, enfatiza, pela substituição do médico. «De modo algum», esclarece, «é antes um complemento de conselheiro, de literacia em saúde». São vários os exemplos de articulação e projetos conjuntos a implementar entre as duas classes profissionais. Fernando de Almeida evidencia o sucesso de um: «é um exemplo que conheci enquanto coordenador da *task force* para a testagem - a própria testagem. Se não fossem as farmácias, teríamos tido muitas mais dificuldades, sobretudo nos TRAg, para dar resposta aos milhares e milhares de pessoas que necessitavam do serviço».



farmácias tem «muitos pontos positivos», como a «capilaridade, a qualidade dos seus profissionais, a capacidade de organização e o capital de confiança das populações», argumentou. A prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias é uma tendência crescente, realçou, destacando os testes rápidos de antigénio, a vacinação e os testes *point of care*, assim como a entrega ao domicílio. Congratulou-se ainda com a participação das farmácias na dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e na renovação de terapêutica crónica, assim como com «o papel fundamental» na gestão da disponibilidade de medicamentos.

«**A**S FARMÁCIAS
E OS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
SÃO OS DOIS PRATOS DA BALANÇA
NA PROMOÇÃO DA SAÚDE»



«Reforcem o vosso papel na integração de cuidados de saúde e o papel social que têm na comunidade», apelou Maria do Rosário Zincke aos farmacêuticos



DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O SETOR DA SAÚDE

MELHOR INTEGRAÇÃO

TEXTO: IRINA FERNANDES

FOTOGRAFIAS: MIGUEL RIBEIRO FERNANDES



ANDRÉ BISCAIA

Presidente da Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar

«A GESTÃO DA MEDICAÇÃO CRÓNICA TEM DE PASSAR PARA A FARMÁCIA»

TEXTO: VERA PIMENTA

● O Serviço Nacional de Saúde tem, desde a sua génese, a grande ambição de possibilitar a todos os residentes no país acesso aos cuidados de saúde essenciais. Para a concretização desta máxima, a proximidade é essencial à necessária existência de múltiplos interfaces com o SNS, assim como o é a integração dos diferentes prestadores num sistema de informação bom e coerente. Por outras palavras: «único». Ideias partilhadas por André Biscaia, que conta que, hoje, «escrevo numa aplicação e o enfermeiro de família, que trabalha na minha USF, na minha micro equipa, não consegue aceder a toda a informação que coloquei em sistema, assim como eu não consigo ter acesso a tudo o que ele faz. As incongruências começam logo neste nível e, naturalmente, quando escalamos para outros, é ainda pior, tudo se torna muito mais difícil». Para Biscaia, não há dúvidas: «Estamos como as farmácias, que não têm acesso a toda a informação que poderia ser relevante e garantir outro tipo de papel nesta jornada da pessoa pelo sistema de Saúde».

Um desses papéis passa, na opinião do presidente da Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar, pela gestão da medicação crónica. «É um aspeto fundamental. Trata-se de algo que consome muito tempo aos médicos de família e que podia ser racionalizado com a intervenção da farmácia comunitária. Já está tudo suficientemente estudado e até já há consenso entre todas as partes, pelo que é uma área em que tem de se avançar».

«Não falo só da renovação», diz, explicando que o procedimento, como o entende, deve passar também pela incorporação de informação da farmácia no processo do utente, para que o médico a integre na avaliação que faz da pessoa.



«O farmacêutico comunitário é, em muitas zonas do país, o único profissional de saúde a que as pessoas podem aceder». A constatação é do presidente da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma), que vê na mesma um desafio colocado a um sistema de Saúde que se quer universal. Mas vê também, e acima de tudo, uma oportunidade.

É que a proximidade às comunidades de que a rede de farmácias goza, assente na sua capilaridade - característica muito enaltecida por João Almeida Lopes, justifica que «sejam, de facto, uma porta de entrada e de circulação no SNS. Uma porta sempre aberta e de forma integrada», completa Paulo Espiga, do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central (CHULC).



JOÃO ALMEIDA LOPES
Presidente da Apifarma

«NENHUM OUTRO SERVIÇO TEM A CAPILARIDADE DAS FARMÁCIAS»

TEXTO: IRINA FERNANDES

«**C**laramente nenhum outro serviço de saúde tem a capilaridade que a rede de farmácias tem», uma característica que, no entender de João Almeida Lopes, não só pode como deve ser aproveitada pelo SNS em benefício das pessoas, especialmente aquelas que vivem com doença e a quem se deve facilitar o mais possível a jornada no sistema. «Há passos em que é unânime o pensamento de que é preciso avançar. A dispensa em proximidade é um deles, a regulamentação da renovação das terapêuticas em doenças crónicas controladas, é outro».

Para o presidente da Apifarma, o recurso à tecnologia para se alcançar uma maior eficiência nos processos é algo igualmente impreterível. «A informação respeitante às várias ligações das pessoas com o sistema de Saúde tem de estar concentrada e acessível a todos prestadores de cuidados. Só assim se evitam exames em duplicado, perdas de tempo à procura de prescrições e prescrições conflitantes, consultas provavelmente desnecessárias, análises sucessivas... Pouparamos tempo ao doente, recursos ao sistema e conseguimos respostas mais atempadas, o que, nalguns casos, pode fazer a diferença na vida das pessoas».

«**A** INFORMAÇÃO RESPEITANTE
ÀS VÁRIAS LIGAÇÕES
DAS PESSOAS COM O SISTEMA TEM
DE ESTAR CONCENTRADA E ACESSÍVEL
A TODOS OS PRESTADORES DE CUIDADOS»



Ricardo Mexia destacou o potencial de parceria entre o poder local e as farmácias na deteção de problemas de saúde e das suas soluções

Ambos entrevistaram na sessão plenária do 14.º Congresso das Farmácias, dedicada a identificar desafios e oportunidades no setor da Saúde, em que Espiga sublinhou ainda que, no que respeita às farmácias, a chave da oportunidade para o SNS está na palavra “integração”. «Se um farmacêutico identifica um problema a um utente, tem de ter um canal para o transmitir», venceu. Conforme afirmou, não só os farmacêuticos são profissionais altamente qualificados, como as ferramentas estão disponíveis. A maior resistência à mudança está mesmo «em nós próprios».

«Todos os dias tenho cinco ou seis pedidos de renovação de medicação crónica», comentou André Biscaia, identificando nisso um dos atuais desafios que se colocam aos profissionais, já muito pressionados na gestão do tempo. Para o médico e presidente da Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar, deveria ser a farmácia comunitária a gerir, de forma autónoma, essa renovação. Urge, também por isso – advoga, ter «um processo clínico único, que represente toda a jornada de saúde das pessoas», e reflita uma partilha integrada de informação relativa ao histórico dos utentes, envolvendo todos os *players* do sistema.



Paulo Fernandes subscreve. A existência de «bons meios de comunicação» entre profissionais é, na opinião do farmacêutico comunitário e vice-presidente da ANF, fulcral para que o sistema se diga, efetivamente, centrado nas pessoas. Segundo afirmou, a rede de farmácias e as suas equipas técnicas podem representar para a Saúde uma fonte de oportunidades, em acessibilidade, eficiência e economia. Os serviços farmacêuticos já prestados podem ser alargados, devendo o Estado ser «o seu principal financiador», uma vez que são geradores de poupança. O setor está pronto e disponível, assegura, desde que «remunerado de forma justa e adequada».

Avultando o anteriormente dito, o médico epidemiologista Ricardo Mexia, que preside à Junta de Freguesia do Lumiar, destacou ainda o potencial de parceria entre o poder local e as farmácias na deteção de problemas de saúde e suas soluções. Como exemplo, apontou o projeto “Lisboa 65+”, um plano de saúde dedicado aos mais velhos, desenvolvido na capital portuguesa, e que conta com o envolvimento da rede.



PEDRO MEXIA
Autarca

«AS ESTRUTURAS DE PROXIMIDADE ESTÃO BEM ARTICULADAS NO APOIO À POPULAÇÃO»

TEXTO: VERA PIMENTA

• **A**o longo dos anos, foi sendo trilhado um caminho que faz com que hoje exista uma forte articulação, na área da Saúde, entre quem está mais próximo das populações no terreno. Esta é a convicção de Pedro Mexia, autarca e médico epidemiologista, que dá conta de múltiplos projetos entre farmácias e juntas de freguesia, «seja no âmbito de fazer chegar medicamentos a quem por alguma razão não os consegue adquirir, seja na promoção da saúde». Aliás, sublinha, a articulação de que fala foi bem visível durante a pandemia.

O presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, em Lisboa, faz notar que o momento presente é de mudança de paradigma relativamente às competências na área da Saúde. «Parte delas derivou para as autarquias, o que permite vislumbrar um campo de progressão».

Também aqui o acesso à informação é estrutural. «A Saúde está em múltiplas dimensões e se o cidadão assim o entender – friso que tem de ser o cidadão -, os seus dados devem poder ser acedíveis pelos diferentes prestadores, de modo a que cada um, na sua esfera de influência, possa entregar um melhor serviço. Veja-se o exemplo da conciliação terapêutica: às vezes os doentes fazem o mesmo medicamento em duplicado porque foi prescrito por diferentes médicos. Isto hoje, tendo nós ao nosso dispor sistemas de informação, não faz qualquer sentido. Do ponto de vista técnico não é particularmente complexo, falta a decisão para que isso se possa materializar».



PAULO ESPIGA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO HOSPITALAR
UNIVERSITÁRIO DE LISBOA CENTRAL

ENTREVISTA: CARINA MACHADO

FOTOGRAFIA: MIGUEL RIBEIRO FERNANDES E PEDRO LOUREIRO

AVANÇAR É PRECI(O)SO

REVISTA FARMÁCIA PORTUGUESA: A expressão “integração de cuidados” parece ter entrado no léxico comum a todos os stakeholders da Saúde. Que lugar antevê para as farmácias?

PAULO ESPIGA: Julgo que têm um papel essencial a desempenhar. O mundo mudou, os pontos de contacto que as pessoas têm com qualquer serviço são múltiplos e, na Saúde, as farmácias são o setor onde temos profissionais disponíveis na maior parte do território, inclusive em áreas onde não há nenhum outro. Falo, por isso, de acesso, e de rapidez, se complementarmos com o facto de a rede estar organizada para oferecer disponibilidade 24 horas por dia. Agora, o que é essencial é que o contacto que as pessoas estabelecem na farmácia com o sistema de Saúde não comece e acabe no farmacêutico. É fundamental integrar estes profissionais, que têm as suas próprias competências, num processo de cuidados.

RFP: Ou seja?

PE: Ou seja, é preciso prever níveis de intervenção e de referência, para que o farmacêutico, quando avalia uma pessoa, possa, se considerar mais indicado, referenciá-la para outro nível de cuidados de forma estruturada, que é o que hoje não acontece.

RFP: O tema não é novo, pelo que se pergunta: o que é que falta? É a partilha de dados? São sistemas de comunicação?

PE: A questão dos dados é instrumental. Antes disso falta o processo. Isto é, pormo-nos de acordo quanto a como é que fazemos e a qual é o papel de cada um no processo de cuidar. E depois, sim, vamos aos instrumentos. É preciso aceitar que, embora o Serviço Nacional de Saúde continue a ser um pilar da sociedade portuguesa, hoje a prestação de cuidados tanto é feita pelo serviço público como pelo privado, seja ele social ou corporativo. As pessoas podem ser utentes no setor público ou clientes no privado, mas são sempre as mesmas, e não pertencem a ninguém. Nós, prestadores, o que temos é de preparar-nos para dar resposta qualquer que seja o acesso que façam ao sistema. Estando

as farmácias próximas, é uma porta que tem de ser acautelada. Portanto, acho absolutamente essencial que nos consigamos sentar, gerar consensos e saber, cada um de nós, qual é o seu papel e como é que interagimos uns com os outros. Comunicação, no fundo.

RFP: Com a pandemia, vimos esses passos a serem dados, a serem, até, ultrapassados. Mas levantada a tempestade, parece ter-se feito tábua rasa de muitas das experiências vividas. Como é que isto se explica?

PE: Enfim... A necessidade sempre nos fez mover mais depressa e quando não existem alternativas, usamos o que temos à mão. Eu gostava de ter uma nota positiva, mas não penso que vá ser assim tão fácil. Depende de cada um de nós, nas nossas instituições, e de, se dentro do quadro legal que todos temos, há vontade. Se sim, vamos lá sentar-nos! Às vezes temos de começar devagar, com quem nos rodeia e tem interesses comuns, para conseguirmos chegar mais longe. No caso das farmácias, isso será com os seus centros de saúde, os hospitais de maior proximidade. Temos é de começar. Caso contrário, vamos estar sempre a elaborar grandes teorias de gestão, administração, clínicas... e, no fim, ficamo-nos por isso. O que as pessoas precisam é de respostas. O tempo em que aceitavam tudo o que lhes era dado, mesmo na Saúde, terminou. Hoje, a principal porta de entrada no sistema de Saúde é o Dr. Google. Temos de nos capacitar disto. Não é fácil, toda a nossa estruturação em termos teóricos, académicos e mentais foi outra. Mas se não formos nós, as próprias pessoas vão obrigar-nos a não voltar para trás. Da mesma forma como adquirem produtos, pela Internet, no outro lado do mundo e, em 24 horas, os têm em casa, também exigem que nós sejamos muito mais ágeis e não as façamos perder tempo. O tempo é, provavelmente, o bem mais escasso que existe.

RFP: E em saúde, é precioso! Pelo que, se há que começar numa escala menor, então por onde?

PE: Julgo que casos como aquele, bastante volumoso, ao nível da distribuição de medicamentos hospitalares

em Farmácia Comunitária, são um bom exemplo. Mas podemos avançar com a revisão terapêutica, há consenso entre ordens profissionais acerca disso. Podemos usar a rede de farmácias para os rastreios de Saúde Pública. Podemos – muito importante! - trabalhar nas áreas relacionadas com as doenças crónicas. Temos é de ter sempre as respostas às mesmas questões como ponto de partida: a quem é que o farmacêutico reporta? A quem referencia? Com quem comunica? O sistema conta com uma rede com milhares de pontos de contacto em todo o país, pelo que temos mesmo de promover esta integração e estruturação.

RFP: Dizia há pouco que a necessidade é catalisadora e a realidade mostra-nos, de facto, que, no terreno, os profissionais ultrapassam barreiras e entendem-se em benefício dos doentes. Porém, quando se pretende dar a essas experiências um carácter de maior formalismo, as dinâmicas esmorecem, dando lugar a medos e receios que o terreno já atirou para o plano teórico. Ainda há preconceito institucional? Ou é caso de pouca vontade política?

PE: O medo, às vezes, é positivo: mantém-nos alerta. Mas, neste caso, penso que tem razão. Se, por um lado, ainda bem que há preocupações legítimas com a segurança dos doentes, por outro, isso não deve congelar as pessoas nas suas decisões. A maior dificuldade da mudança é, de facto, cada grupo profissional ter o seu âmbito de atuação perfeitamente definido, e as ideias mais corporativas impedem, por vezes, que se ande mais depressa. Mas faz parte das regras, e se tivermos mesmo vontade de fazer algo com valor intrínseco, acabamos por consegui-lo. Se isto é da política? Não diria. A política somos todos nós, somos nós que a fazemos, e se em momentos de crise ela pode ser perfeitamente diretiva, de um modo geral, política é discussão, são as melhores alternativas com o conhecimento que se tem no momento. Vivendo nós, felizmente, num país democrático, as decisões políticas devem espelhar aquilo que são os entendimentos da maioria.

RFP: Paradoxalmente, ou não, parece ser hoje mais consensual e consequente do que nunca, entre os diferentes parceiros da Saúde, a ideia de o doente ser o centro do sistema. Concorda?

PE: Concordo. Se andarmos 30 anos para trás, vemos que tínhamos uma nova geração de hospitais públicos a aparecer, e pouco mais. Os centros de saúde

estavam atomizados, tínhamos o setor privado muito organizado em pequenas unidades... A mudança foi radical: os centros de saúde passaram a trabalhar em equipas multidisciplinares, nas USF; os hospitais organizaram-se em centros de referência e, de há pouco tempo, em centros de responsabilidade integrada; temos hoje novas competências, trazidas por novos atores ao sistema; o setor privado cresceu de forma muito exponencial... A mudança evidenciou que há lugar para todos neste mercado e mostrou que se as partes não se juntarem, ou pelo menos

«O SISTEMA
PODE PARECER IMÓVEL,
MAS ELE MOVE-SE PORQUE
OS DOENTES O IMPÕEM»

colaborarem, as coisas não correrão tão bem. Aliás, são os próprios doentes a exigir-lo. Veja este exemplo: hoje ninguém aceita que lhe digam que só pode ir a este ou àquele hospital. Em 2017 a legislação teve de mudar para a livre escolha no SNS por pressão dos utentes. O sistema pode parecer imóvel, mas ele move-se porque os doentes o impõem. Se há exigência da sociedade, as organizações, com maior ou menor velocidade, acabam por se adaptar. Mais: a digitalização abre-nos muitas possibilidades e a pandemia, das poucas coisas positivas que trouxe, foi expor que há processos que funcionam. Alguns voltaram para trás, é certo, mas para os cidadãos que beneficiaram deles isso não faz sentido, e a pressão que exercem fará com que sejam retomados. Temos de nos capacitar no setor público de que se os utentes do SNS, por se sentirem desvalorizados, começarem a desvalorizá-lo, tornamo-nos irrelevantes. Nessa altura, a sociedade pode escolher a qualquer momento que o dinheiro público, em vez de ser dado aos hospitais públicos, deverá ser entregue a outras entidades.

RFP: Disse, no congresso, que Portugal é dos países mais digitalizados na Saúde, mas os dados não são transformados em informação.

PE: Sabe? Considero que estamos num momento de transição absoluta entre formas de produção. Na Saúde, em concreto, isso é absolutamente assim. Os



Para Paulo Espiga, face a um futuro desafiante na Saúde, «vamos mesmo ter de conversar uns com os outros e de partilhar a informação»

avanços feitos nos últimos três anos em matéria de computação e inteligência artificial colocam os bancos de dados numa posição de absoluta preciosidade. Na minha atividade clínica, eu antes podia achar que fazia um bom diagnóstico, mas hoje o diagnóstico pode ser feito de uma forma absolutamente rigorosa e muito mais atempada através da partilha e computação de dados. Em Portugal, ao contrário do que muitas vezes pensamos, temos um grau de digitalização muitíssimo elevado. No serviço público, a grande maioria dos hospitais utiliza o mesmo sistema, pelo que somos detentores de informação de saúde totalmente consolidada, já com cerca de 15 anos. Além disso, temos uma enorme vantagem que não estamos a aproveitar: somos dez milhões, numa

população relativamente homogénea, o que em termos de Epidemiologia é bastante. Não obstante, a recolha de dados está muito compartimentada, pelo que pouco é feito ainda para os transformar em informação útil à jornada do paciente. O desafio, agora, é exatamente esse: agarrar nos dados, transformá-los em informação e, assim, gerar valor. Penso que já fizemos 80% do caminho: temos a infraestrutura, que tem de melhorar, ser mais articulada, mas também temos os dados e temos pessoas hipercompetentes em todas as áreas. É juntar as coisas e não ter medo. O futuro é muito desafiador. Na Saúde, vamos mesmo ter de conversar uns com os outros, de partilhar a informação. Por isso, sim: acredito que estamos a caminhar para um sistema de Saúde muito mais integrado e muito mais de acordo com aquilo que os cidadãos necessitam e exigem.

«**E** STAMOS A CAMINHAR
PARA UM SISTEMA
DE SAÚDE MUITO MAIS INTEGRADO
E DE ACORDO COM O QUE
OS CIDADÃOS EXIGEM»

RFP: Um futuro que tem necessariamente de ser próximo?

PE: A evolução social obriga-nos a isso, pelo que não vejo que as coisas demorem muito mais tempo. Somos um país evoluído, mas com limitação de recursos. Se não dermos estes passos, todas as conquistas de uma Saúde democratizada que conseguimos para a nossa população podem estar em risco.



SESSÃO SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
CENTRADOS NAS PESSOAS - QUE RESPONSABILIDADES?

MAIOR COMPLEMENTARIDADE

TEXTO: SANDRA COSTA

FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO

A prestação de serviços farmacêuticos deve fortalecer a complementaridade entre o SNS e as farmácias, que devem evoluir para unidades de saúde complementares. A tese é defendida por Maria Mendes, que sublinha que a rede de farmácias está capacitada para prestar um conjunto de serviços, como a renovação da terapêutica e a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, incluídos no Orçamento do Estado 2023, mas também serviços de triagem de situações clínicas ligeiras e consultas farmacêuticas de revisão da medicação. A gestora da Área de Intervenções em Saúde, da ANF, falava durante a sessão inaugural do congresso, dedicada aos serviços farmacêuticos, à qual Catarina Mesquita Machado trouxe o exemplo do serviço de teste rápido *Streptococcus*, implementado na Farmácia Coelho para a deteção da infeção aguda da orofaringe. Na sua preleção, a farmacêutica desafiou as autoridades de saúde a tomarem medidas no sentido da «agilização do processo que medeia um teste positivo e a pessoa sair da farmácia com a solução para o seu problema».

«O papel das farmácias é fundamental na gestão das doenças que se manifestam na pele», garantiu Jaime Melancia, acrescentando que estes doentes têm muitas vezes, nas farmácias, a porta de entrada no sistema de Saúde. O representante da PSO Portugal - Associação Portuguesa da Psoríase, sublinhou que a complementaridade só é possível através da implementação efetiva de um registo único de dados de saúde, que permitirá que a

A PARTILHA DE DADOS CLÍNICOS DOS DOENTES É FUNDAMENTAL PARA A MELHORIA DE RESULTADOS

informação seja partilhada com os diferentes profissionais e/ou unidades de saúde, nos diversos níveis de cuidados, públicos ou privados.

Também os médicos de família contam com as farmácias para assegurar serviços não disponíveis na rede de cuidados primários, defendeu Nuno Jacinto, da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar. O médico reiterou ainda a importância de aprofundar a comunicação entre estes profissionais e os farmacêuticos, e advogou o conhecimento mútuo sobre o âmbito de competências de cada um, «logo na formação académica».

Não menos importante é a questão da remuneração dos serviços farmacêuticos, que poderá ser feita pelo SNS e/ou pelas seguradoras, ainda que a indústria farmacêutica esteja disponível para apoiar financeiramente a implementação mais estruturada de projetos pontuais, que ajudem a gerar evidência, garantiu Vasco Conde, *market access director* da Novo Nordisk.

Entre todos os participantes foi consensual a ideia de que a partilha de dados clínicos dos doentes, entre médicos e farmacêuticos, é indispensável para a melhoria dos resultados em saúde. «Os profissionais estão todos alinhados neste desígnio», afirmou o Nuno Jacinto.



MARIA MENDES
Área de Intervenções em Saúde, ANF

OPINIÃO

ALIADAS DO SNS

O setor da Saúde enfrenta grandes pressões, quer económicas quer em termos de capacidade de resposta, e as farmácias são aliadas essenciais para a garantia dos pilares preconizados pelo SNS: a acessibilidade ao medicamento e a equidade na prestação de cuidados de saúde de qualidade a todos os cidadãos, independentemente da sua localização geográfica. Hoje, o espectro de intervenções do farmacêutico comunitário dá resposta às necessidades das pessoas em toda a sua jornada de saúde.

A dispensa de medicamentos é uma atividade central e fundamental para a promoção do seu uso correto e seguro, e há vários serviços que podem ser prestados nesta esfera, como os programas de adesão à terapêutica, a renovação da terapêutica ou a dispensa em proximidade de medicamentos hospitalares.

A proximidade à população permite aos farmacêuticos comunitários realizar um relevante trabalho na promoção da literacia em saúde e atuar ao nível da prevenção, e estão numa posição privilegiada para realizar campanhas de sensibilização e de Saúde Pública. Um grande exemplo disso foi a resposta das farmácias à COVID-19. Mas existem outros, como a intervenção, desde 2008, na administração da vacina contra a gripe sazonal.

As farmácias podem funcionar como portas de entrada no sistema de Saúde, ajudando ao nível da triagem das situações, resolvendo os casos que estão dentro do seu

O LEQUE DE INTERVENÇÕES DO FARMACÊUTICO COMUNITÁRIO RESPONDE ÀS NECESSIDADES DAS PESSOAS EM TODA A SUA JORNADA DE SAÚDE

âmbito de atuação ou ajudando a direcionar as pessoas para o nível de cuidados mais adequado. Este papel é muito visível na gestão das situações ligeiras de saúde, mas também na deteção precoce de diversas doenças. Há igualmente uma margem de trabalho ao nível da testagem, de que a COVID-19 é uma grande referência, mas existem outras áreas, como o caso da testagem ao VIH e hepatites virais.

Os farmacêuticos, em articulação com as restantes equipas de saúde, apoiam na gestão da terapêutica e no acompanhamento das pessoas com doença crónica, através de serviços como a consulta farmacêutica ou a preparação individualizada da medicação, que acrescentam muito valor em termos da efetividade e segurança das terapêuticas e consequentemente na melhoria dos resultados em saúde.



PL

ANTÓNIO PEDRO MACHADO

MÉDICO DE MEDICINA INTERNA

COMO POUPAR 1,2 MIL MILHÕES DE EUROS

ENTREVISTA: CARINA MACHADO

REVISTA FARMÁCIA PORTUGUESA: Como é que surgiram as Unidades de Apoio ao Hipertenso (UAH)?

ANTÓNIO PEDRO MACHADO: Inspirámo-nos num programa canadiano de medição da pressão arterial nas farmácias, intitulado AOBP (*Automated Office Blood Pressure*). É um aparelho totalmente automatizado, que dispensa a presença de quem quer que seja perto do doente, expurgando, assim, o valor medido do efeito da bata branca. Isto é uma enorme vantagem. No Canadá contribuiu muito para que tivesse sido o país com a melhor taxa de controlo dos hipertensos. Os médicos deixaram de perder tempo a medir pressões arteriais. Repare: a medição correta, segundo as recomendações da Sociedade Europeia de Hipertensão e Cardiologia, consome cerca de 12 minutos. Pouco exequível, quando as consultas duram um quarto de hora! Por isso, cá continua a medir-se mal e assim se explica que até 40% dos nossos diagnósticos sejam falsos. Os ligeiros, de grau 1, são hipertensos da bata branca, assim como o são mais de metade dos muito idosos. E toda esta gente está a ser medicada! Por outro lado, 17% da população normotensa tem pressão arterial normal durante o dia, mas é hipertensa durante o sono. Têm hipertensão mascarada que, em algumas séries, vai até aos 20%. Por muito boa que seja a medição feita no período de vigília, estes indivíduos não são detetáveis, só através da MAPA (Monitorização Ambulatória da Pressão Arterial). Assim nasceram as UAH nas farmácias.

RFP: Porquê nas farmácias?

APM: Porque são uma rede que está no país inteiro, com uma organização notável. Começamos

com a AOBP, com o tal aparelho, juntamente com a MAPA, num protocolo de cinco dias em domicílio. A grande vantagem da MAPA é que envolve o doente na gestão da sua doença, aumentando a adesão à terapêutica, outro grande drama. Quantos doentes cumprem a terapêutica? Ninguém sabe. As UAH são uma porta para a prestação de serviços contratualizados com o Ministério da Saúde. A Europa tem 400 e alguns milhões de habitantes e, por dia, cerca de 20 milhões recorrem às farmácias, que, ao fim do mês, acolheram o equivalente a toda a população europeia. O farmacêutico comunitário é o profissional de saúde mais acessível. Nós não estamos a usar as farmácias, mas esse é o futuro. Não nos podemos dar ao luxo de dispensar profissionais altamente qualificados que estão de Norte a Sul do país.

RFP: Há alguma estimativa de poupança pela implementação destas unidades?

APM: Um estudo feito em Espanha calculou que, se todos os indivíduos passassem a ter acesso à MAPA de 48 horas, haveria uma poupança de 4,8 mil milhões de euros por ano. Portugal tem uma população quatro vezes menor, pelo que a poupança seria de cerca de 1,2 mil milhões de euros. A Europa já está a evoluir para a utilização das farmácias na prestação de serviços diferenciados.

RFP: O que impede, então, os nossos decisores políticos de replicar?

APM: Julgo que estamos numa fase de mudança. Temos, neste momento, à frente da Saúde, gente de grande qualidade, e vontade. É uma questão de tempo.



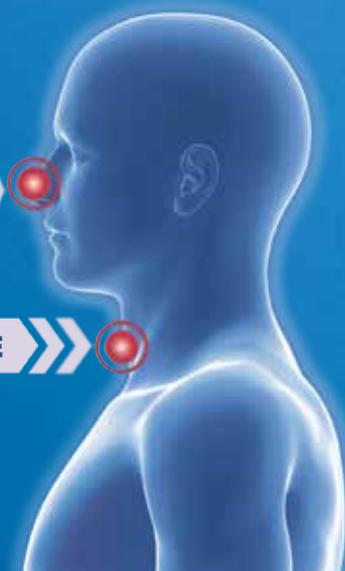
OS SEUS SINTOMAS DA CONSTIPAÇÃO PIORAM À NOITE?

PARA COMBATER UMA
CONSTIPAÇÃO TAMBÉM PODE
APLICAR VICKS VAPORUB

ALIVIA 2 SINTOMAS DA CONSTIPAÇÃO
PARA UMA BOA NOITE DE SONO

CONGESTÃO
NASAL

TOSSE



Vicks Vaporub, pomada. Medicamento indicado no tratamento da congestão nasal e tosse associada a gripes e constipações, em adultos e crianças com mais de 30 meses (uso cutâneo) e adultos e crianças com mais de 6 anos (inalação). Não utilizar em caso de acidentes convulsivos, nem aplique diretamente nas narinas, face, mucosas, queimaduras ou sobre a pele lesada. Leia cuidadosamente o folheto informativo e rotulagem e, em caso de dúvida ou persistência dos sintomas, consulte o seu médico ou farmacêutico. MAT-PT-VICKS-22-000087



AS LIÇÕES E RECOMENDAÇÕES DE UMA CLASSE PÓS-PANDEMIA

A crise sanitária provocada pela COVID-19 evidenciou a mais-valia para o sistema de confiar a prestação de serviços de saúde à rede de farmácias. Lá fora já há governos a retirar daí consequências.

TEXTO: NUNO ESTEVES E MARIA JORGE COSTA
FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO

Até à pandemia, o papel que as farmácias poderiam desempenhar na resolução de situações de crise não era, na opinião do presidente da Federação Internacional Farmacêutica (FIP), «suficientemente valorizado pelo poder político». A resposta à COVID-19 veio alterar as perspetivas, pela evidência da capacidade de adaptação dos farmacêuticos

comunitários. «As pessoas compreenderam o quão úteis elas podem ser na testagem, a assegurar a medicação de doentes crónicos, na vacinação contra a COVID-19 - uma realidade em 11 países europeus -, etc...», defende Dominique Jordan.

O responsável não tem uma dúvida de que o conhecimento e as competências dos farmacêuticos comunitários



Foram várias as personalidades convidadas para o pequeno-almoço executivo e que intervieram no debate



«SERVIÇOS BONS SÃO SERVIÇOS VIÁVEIS, PELO QUE É NECESSÁRIO QUE SEJAM JUSTAMENTE REMUNERADOS»

são «essenciais para garantir que as pessoas mantêm os tratamentos e têm acesso aos serviços de saúde básicos», quando confrontadas com situações de emergência, e considera que os resultados alcançados durante os cerca de dois anos mais agudos da pandemia obrigam a mudanças nas políticas de Saúde. Mas também no interior da classe: «Somos bons, temos conhecimento, produzimos resultados, mas não somos comunicativos. Temos de fazer, dizer que fazemos, e frisar que serviços bons são serviços viáveis, pelo que é necessário que sejam justamente remunerados».



KOEN STRAETMANS,
Presidente do Grupo Farmacêutico
da União Europeia (PGEU)

«O SISTEMA TEM DE CONSTRUIR EM CIMA DA QUALIDADE DE RESPOSTA DO SETOR»

TEXTO: MARIA JORGE COSTA

Koen Straetmans, presidente do PGEU, recorda que os farmacêuticos comunitários permaneceram na primeira linha de prestação de cuidados à população durante a pandemia, de portas abertas mesmo quando outros serviços de saúde encerraram nos confinamentos. «Foram o primeiro e o último contacto dos doentes com o sistema de Saúde. Deram respostas quando toda a gente tinha muitas dúvidas; continuaram a dispensar os medicamentos necessários, mesmo os de prescrição, assegurando a manutenção do tratamento a doentes crónicos; resolveram, num primeiro momento, os problemas de falta de medicamentos, falta de máscaras, falta de desinfetantes. E quando a crise sanitária persistiu, formaram-se, adaptaram-se, e alargaram os serviços para prestar o apoio que foi necessário».

Desta ação e, acima de tudo, dos seus resultados, há lições a serem retiradas. A primeira, o enorme poder de adaptação da classe. A grande capacidade de testagem ao SARS-CoV-2 é disso exemplo, assim como em muitos países da Europa o foi a vacinação contra a COVID-19. «O que daqui podemos concluir, com muita segurança, é que de cada vez que confiamos o fornecimento de um serviço às farmácias, elas rapidamente se adaptam e põem as coisas em movimento, acrescentando valor à saúde individual das pessoas, mas também à Saúde Pública e à saúde económica dos sistemas. Este é um ativo em cima do qual é preciso construir». Por isso, as recomendações do PGEU vão no sentido de permitir aos farmacêuticos fazer mais, alargar e aprofundar o seu leque de valências, passando-o a letra de lei, «obviamente associado a uma remuneração adequada».



SHERIF GUORGUI,
Presidente da Secção de Farmácia
Comunitária da FIP

«PODEMOS DESPRESSURIZAR E GERAR POUPANÇAS AO SISTEMA»

TEXTO: NUNO ESTEVES

No Canadá, foram vários os serviços implementados nas farmácias em resultado da pandemia: a testagem rápida, a distribuição de testes PCR e recolha de amostras, a prescrição e dispensa de paxlovid, a vacinação... Todos remunerados, variando os valores conforme a jurisdição. Alguns acabaram incorporados na carteira de serviços da rede, permanecendo até hoje, revela o farmacêutico Sherif Guorgui. «Em Ontário, por exemplo, foi aprovada regulamentação sobre *point of care testing* e sobre a possibilidade de as farmácias intervirem em afeções menores». Para o também presidente da Secção de Farmácia Comunitária da FIP, é claro que a política no seu país evoluiu no sentido de replicar e potenciar os resultados positivos alcançados durante a crise sanitária. Mas, avisa, «foi preciso haver vontade do Governo, que compreende o valor e a economia do negócio. Que entende que quem presta um serviço, tem de ser compensado por isso».

A COVID-19 forneceu aos farmacêuticos uma oportunidade de manifestação real do seu valor no sistema de Saúde. «A nossa permanência nas farmácias fez de nós uma espécie de heróis e cimentou-nos como profissionais de saúde na frente dos cuidados primários. Isso adicionou outra camada de apreciação do valor que entregamos». Contudo, acrescenta, havia muitos anos de trabalho prévio a comprovar uma continuidade nos resultados e organizações fortes a advogar em permanência os benefícios do setor e da profissão. Quando olham para nós numa perspetiva quantitativa, veem que os serviços que fornecemos aliviam muita da pressão no sistema de Saúde, e que isso resulta também em muitas poupanças», mas cabe à classe atrair esse olhar. Somos nós quem tem de demonstrar o nosso valor».

«O ALARGAMENTO DAS COMPETÊNCIAS DOS FARMACÊUTICOS DURANTE A PANDEMIA REFORÇOU OS SISTEMAS DE SAÚDE»

Dominique Jordan falava no 14.º Congresso das Farmácias, durante o pequeno-almoço internacional que teve por tema o reforço da prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias comunitárias, na sequência de situações de emergência, como pandemias ou desastres naturais. O evento reuniu a visão de responsáveis de Farmácia na Europa e no mundo, complementada pela experiência das farmácias portuguesas na gestão da crise pandémica, apresentada pela diretora da ANF, Teresa Almeida, que demonstrou a «importância da acessibilidade e da proatividade das farmácias» para a sociedade.

Também presente, o presidente do Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU) sublinhou que «o alargamento das competências dos farmacêuticos durante a pandemia reforçou os sistemas de Saúde». Para Koen Straetmans, «as farmácias souberam assumir as novas responsabilidades que lhes foram delegadas», incluindo a renovação de receitas. Aos governos nacionais, deixou a recomendação de remunerarem «adequadamente» os serviços prestados pela rede.

A mesma ideia foi reforçada pelo presidente da Secção de Farmácia Comunitária da FIP, que voltou a salientar a importância de demonstrar às autoridades o valor das farmácias para a economia, com vista a obter a participação para os serviços prestados pelos farmacêuticos comunitários, como aconteceu no Canadá durante a crise pandémica. Sherif Guorgui chamou a atenção para a necessidade de cooperação entre os serviços nacionais de Saúde e as farmácias, defendendo que «o alargamento da intervenção do farmacêutico, com participação equitativa e justa, é fundamental para reduzir a pressão sobre os cuidados primários».

A presidente da ANF, que moderou a sessão, desafiou os farmacêuticos comunitários portugueses a assumir a iniciativa na mudança de paradigma. «Sem ter de pedir licença», concluiu Ema Paulino.



DOMINIQUE JORDAN,
Presidente da Federação Internacional
Farmacêutica (FIP)

«A FALTA DE MÉDICOS LEVA AS PESSOAS OU À FARMÁCIA OU ÀS URGÊNCIAS. SÓ UMA DAS OPÇÕES É EFICIENTE»

ENTREVISTA: MARIA JORGE COSTA

Dominique Jordan está convencido de que o século XXI será dos farmacêuticos. «Assistimos hoje, em vários países, à falta de médicos, e temos os doentes nas nossas farmácias a pedir ajuda. Se não pudermos estender os nossos serviços, não seremos capazes de dar resposta a estas pessoas, que seguirão, naturalmente, para as urgências dos hospitais, onde os cuidados são muito dispendiosos». Por isso, defende: «As farmácias não só se poderão

tornar mais rentáveis, como estarão a poupar muito dinheiro aos sistemas de Saúde». Esta é uma realidade internacional, diz, pelo que o objetivo é comum a todas as organizações profissionais: «Expandir e desenvolver a Farmácia Comunitária em benefício das pessoas». O caminho? A aquisição de novas valências, a prestação de novos serviços e a manutenção do que já é entregue com elevadíssima qualidade. «Se o caminho não for este, as pessoas com doença serão as mais prejudicadas».

«EMPATIA E COMPAIXÃO SÃO PARTES MUITO IMPORTANTES DA PROFISSÃO»

Dominique Jordan fala sobre a intervenção da FIP e dos farmacêuticos comunitários na crise provocada pelo sismo na Turquia e na Síria.

RFP: Que papel podem os farmacêuticos comunitários desempenhar em situações de catástrofe natural, como as vividas, em março passado, na Turquia e na Síria?

DJ: Nas situações de crise, é importante que nós, farmacêuticos, sejamos ativos na ajuda à população. Estamos no coração das comunidades, somos uma profissão de confiança, e as pessoas estão habituadas à presença das farmácias e a frequentá-las. Muitas vezes ouvimos dos nossos utentes “você têm tempo para nós, podemos falar com vocês”. A empatia e compaixão são parte muito importante de ser farmacêutico. Tanto mais numa situação de calamidade, como a que aconteceu na Turquia e na Síria, em que se perde tudo. Encontrar na farmácia alguém que ouve, que conforta, que encoraja e apoia... Devemos sempre lembrar-nos de que se as pessoas vêm à farmácia pedir apoio é porque esperam que esse apoio lhes seja dado.

RFP: E a FIP, que missão assume nestas circunstâncias?

DJ: O papel da FIP neste tipo de ocorrências é o de coordenar com as organizações locais a ajuda que possa ser prestada mediante as necessidades apontadas. Esta coordenação é fundamental, porque, naturalmente, toda a gente quer ajudar. Neste caso específico, todas as associações do mundo se mostraram disponíveis para prestar apoio e houve, inclusive, farmacêuticos japoneses e de outras nacionalidades, mais treinados neste tipo de cenário, a irem ao terreno. Posso dizer que falámos duas vezes com o presidente da associação nacional turca para esse levantamento e a primeira medida que tomámos na FIP foi a de prestar ajuda financeira, através da nossa fundação. A segunda passou pela partilha rápida de procedimentos vários, como são exemplo as *guidelines* para a organização de uma distribuição de medicamentos, entre outras situações. A terceira passa por estarmos sempre preparados e termos a flexibilidade necessária para dialogar e prestar auxílio nos campos em que necessitem.

Sessão Paralela: Acompanhar as Pessoas na
Relação com a Farmácia

CORREIA ROSA

14º CONGRESSO DAS FARMÁCIAS

S.I.



Promover uma relação contínua entre as pessoas e a sua farmácia passa, acima de tudo, pela empatia: dispor tempo e serviços que respondam às necessidades, com recurso às melhores ferramentas.

TEXTO: IRINA FERNANDES E PEDRO VEIGA

FOTOGRAFIA: MIGUEL RIBEIRO FERNANDES

«Acompanhar doentes deve ser um processo estruturado, documentado e mantido no tempo. Acompanhar doentes não é fazer companhia», advertiu Cármen Monteiro, farmacêutica da Farmácia Luciano e Matos, em Coimbra, que falava na sessão paralela “Acompanhar as pessoas na relação com a farmácia”, moderada por Ana Tenreiro, da Direção da ANF. «Estima-se que 50% das pessoas não utilizem corretamente os medicamentos», apontou a oradora, justificando a importância de as farmácias comunitárias implementarem este serviço. À RFP, a farmacêutica acrescentou que «o acompanhamento farmacoterapêutico traz ganhos para toda a gente. Os utentes sentem-se empoderados, por serem envolvidos nas decisões, e valorizados nas suas queixas e preocupações, «porque têm um espaço que lhes permite fazer as perguntas que não conseguem na consulta médica». Para o farmacêutico,

uma das principais vantagens «é a de o aproximar da área clínica, algo que tem sido tão reclamado, e de o colocar verdadeiramente no centro do uso racional, mais efetivo e seguro do medicamento». E ganha a farmácia, porque, por um lado, «estes serviços estão a ser remunerados» e, por outro, «constituem a melhor estratégia de fidelização de clientes». Por isso, Cármen Monteiro não hesita em dizer que, se antes se falava deste serviço como uma oportunidade, «agora falamos em responsabilidade. Temos e queremos mesmo fazer isto, portanto vai acontecer, porque faz toda a diferença na vida das pessoas, torna a Saúde mais próxima de todos».

Acompanhar as pessoas é também um ato de responsabilidade social, que se pode traduzir numa garantia de que todas, mesmo as mais carenciadas, têm acesso aos medicamentos de que necessitam. Essa é a essência do Programa Abem, da Associação Dignidade, de que Catarina Tacanho,



Raquel Guerreiro lembrou que, nas compras online, as pessoas procuram sites de confiança. «Por isso nos associámos à marca Farmácias Portuguesas»

da Farmácia Rosa, nas Caldas da Rainha, faz parte e veio falar ao congresso. A farmacêutica defendeu a importância da adesão das farmácias à rede solidária do medicamento, lembrando que «estamos inseridas nas comunidades e temos o foco voltado para nós, porque esta é a nossa área e porque conhecemos os problemas das pessoas». Mais: o Abem, conforme está estruturado, «é simples, permite uma dispensa com toda a tranquilidade», e oferece, a quem usufrui, dignidade na relação com a farmácia, «e isso é algo de um valor incomensurável para as pessoas».

Magda Serras trouxe o tema das consultas de nutrição nas farmácias, que, defende, devem ser parte integrante dos serviços prestados. «Sabemos que a farmácia é o primeiro local a que as pessoas se dirigem quando algo não está bem e os nutricionistas podem ser aliados em muitas situações. Doentes crónicos, doentes diabéticos descompensados, doentes com problemas renais, doentes cardíacos: a nutrição pode ter um papel diferenciador na compensação da doença e na forma como ela progride». A nutricionista enfatizou que a realidade, hoje, das farmácias passa por um trabalho em rede e com equipas multidisciplinares, e «o nutricionista é uma das faces que escuta, mas que passa a mensagem ao restante balcão. É mais uma forma de aproximação às pessoas, mas também de fidelização à rede».

Já era tendência, mas a pandemia teve como consequência uma subida no número de pessoas que optam pelo espaço digital para fazer compras, e a área do medicamento e produtos de saúde não diferiu. Este é, pois, um espaço que tem de ser ocupado também pelas farmácias, que têm de se adaptar para ir ao encontro das pessoas e das suas necessidades, defendeu Raquel Nobre Guerreiro. A farmacêutica partilhou com os congressistas as dúvidas e as certezas do processo particular da Farmácia Dalva, em Lisboa, que optou por se associar à plataforma das Farmácias Portuguesas. «Todos nós, enquanto consumi-

dores, quando fazemos compras *online*, procuramos sites de confiança. As Farmácias Portuguesas são uma marca já muito reconhecida, e que recolhe a confiança das pessoas». Na Dalva, a associação conduziu a um aumento do número de encomendas, com a vantagem «de a Farmácias Portuguesas nos possibilitar menos custos do que teríamos se estivéssemos sozinhas». Para Raquel Guerreiro, este é mais um caso em que a união faz a força: «Nós, farmácias, se estivermos todas juntas neste processo, somos, seguramente, mais fortes».



A Farmácia Comunitária tem de trabalhar num novo paradigma, com soluções tecnológicas que permitam «prever as necessidades das pessoas», defendeu Carolina Tábua

Numa outra sala, o mote era diferente, mas complementar, e as soluções digitais das Farmácias Portuguesas foram também tema em debate. Na sessão paralela “Humanização Tecnológica ao Serviço das Pessoas”, coordenada por Paulo Gouveia, da Direção da ANF, Carolina Tábua, responsável pelo desenvolvimento de soluções digitais da marca, sublinhou a necessidade de trabalhar num novo paradigma para «gerações cada vez mais exigentes», com soluções tecnológicas que permitam «prever as necessidades das pessoas que visitam as farmácias e posicionem as pessoas que as vão usar no centro: utentes e farmacêuticos». A engenheira biomédica de formação concluiu: essas soluções «só resultam se aportarem valor e não quebrarem aquilo que é exclusivo do ser humano».

Joana Carrasqueira, da Google, abordou os benefícios do *machine learning* na criação de soluções de saúde. E deu exemplos: a Dermassist, uma *app* em desenvolvimento pela gigante tecnológica californiana que permite utilizar o telemóvel para fotografar manchas na pele e fazer uma primeira avaliação do eventual risco que apresentam. «Não é um diagnóstico, mas dá uma sugestão muito fidedigna», explicou, e cuja qualidade tende a melhorar à medida que a base de dados vai aumentando a cada fotografia e o sistema vai “aprendendo” com os seus acertos e erros.

À RFP, lembrou que o papel da tecnologia é servir o



Joana Carrasqueira sustenta que se vive o momento ideal para fazer parcerias com novos stakeholders, como gestores de dados, engenheiros ou programadores

humano. «Nunca vai poder substituir um aconselhamento farmacêutico, por exemplo. Mas pode ajudar o profissional de saúde a tomar melhores decisões, de forma mais rápida».

Joana perspetiva o paciente do futuro como alguém tecnológico, que quer conveniência e acesso a informação rápida e fidedigna. «Quer saber mais sobre a sua saúde, longevidade, a gestão da sua terapia e da sua doença». Esse perfil, quando entrar na farmácia, vai acompanhado das aplicações com que gere a sua condição e que tem instaladas no relógio ou no anel ou no telemóvel, e o atendimento irá beber também dessa informação «e será muito personalizado». Por isso, alerta: «na intercessão entre tecnologia, necessidade de informação e área da Saúde, o farmacêutico é o profissional de saúde mais bem posicionado para dar resposta às pessoas. Tem uma forte componente técnico-científica na sua formação, é um profissional curioso e está muito predisposto a aprender mais sobre tecnologia e a trabalhar em equipa». Este é, assim, o momento ideal para fazer parcerias com novos *stakeholders*, juntando a médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas... ou-

«NA INTERCESSÃO ENTRE TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E SAÚDE, O FARMACÊUTICO É O PROFISSIONAL MAIS BEM POSICIONADO»

tros conhecimentos, como o do gestor de dados, o engenheiro ou o programador. «Todos estes *players* terão um papel fundamental no codesenvolvimento da tecnologia, mas o farmacêutico, enquanto especialista do medicamento, é quem sabe exatamente como é que quer que os serviços sejam desenvolvidos».

Hélder Martins, da Associação Mellitus Criança, usou a comodidade como métrica do impacto da tecnologia na vida das pessoas com diabetes mellitus tipo 1. Se, há 10, 15 anos, uma pessoa com a doença necessitava de mais de 7.600 picadas ao longo do ano, entre a medição da glicemia e a administração de insulina, hoje, a gestão da doença pode ser feita com menos de 150 picadas.

Sessão Paralela ATRATIVIDADE E RETENÇÃO DE TALENTO



Preservar os melhores profissionais requer ajustes ao paradigma das farmácias. O desafio dos especialistas em Recursos Humanos passa por direcionar o foco para as equipas.

TEXTO: SANDRA COSTA E NUNO ESTEVES
FOTOGRAFIA: MÁRIO PEREIRA

Não há uma fórmula única para fazer os colaboradores felizes, mas é garantido que «empresas com pessoas felizes são mais produtivas», diz o CEO do Grupo Bernardo da Costa. Ricardo Costa, que não gosta da expressão «retenção de talento», preferindo, antes, focar-se em «como continuamos a atrair quem já está connosco», trouxe ao congresso uma realidade extra setor sobre estratégias de preservação de recursos humanos nas equipas, numa sessão moderada por Rahim Sacoor Ali, da Direção da ANF. O grupo, fundado pelo avô de Ricardo Costa, em 1957, e que atua em diversos ramos de atividade, criou um Departamento de Felicidade, que oferece aos colaboradores viagens internacionais e serviços de engomadoria, para além de regalias mais tradicionais como seguros de saúde, salas de convívio ou fruta fresca. A empresa também valoriza a responsabilidade social, promovendo projetos na comunidade, apoiada pelo voluntariado dos colaboradores.

Na Farmácia Sália, em Setúbal, «o mais importante para a equipa é ter liberdade técnica e autonomia no balcão», explicou Isabel Tiago, que integra, há 23 anos, «uma farmácia feliz, com 37 anos de história». Com a mãe, partilha um estilo de gestão que favorece a responsabilização, mas também a celebração, com «honestidade, coerência

e humildade», e reconhece que os salários justos e a progressão na carreira são fatores relevantes, tal como o são a inovação, a formação e a comunicação. «É a cola e na nossa equipa flui bem», assegurou.

O mundo pós-pandemia é diferente. As pessoas são diferentes, e isso reflete-se, também, na gestão das equipas farmacêuticas. A psicóloga Inês Lourenço, com experiência no apoio à rede de farmácias, defendeu que a nova realidade exige uma mudança de paradigma: «As farmácias comunitárias estão tradicionalmente focadas nos utentes, a proposta que faço é que também virem o foco para as equipas».

Inês Lourenço acredita que há hoje, entre os colaboradores das farmácias, uma expectativa de retribuição por parte das lideranças. O setor foi sujeito a uma pressão extenuante, pelo que «as pessoas estão cansadas, algumas meio perdidas, e agora, que estamos num momento de recesso, é preciso sinalizar aquilo de que necessitam». Para o fazer, há que olhar para dentro e ouvir os colaboradores: «é essencial criar capacidade de diálogo e comunicação interna, num ambiente de segurança psicológica, em que todos se sintam à vontade para se exprimir».

Em declarações à RFP, a psicóloga aconselhou os líderes das farmácias a começarem por medir o pulso às

QUANTO MAIS IMPORTANTES AS PESSOAS SE SENTEM NAS ORGANIZAÇÕES, MAIS PRODUTIVAS SÃO

equipas, procurando resposta a perguntas como: como é que as pessoas se sentem? Qual é o seu nível de exaustão? Estão com alguma dificuldade em equilibrar as suas vidas? Em suma, «abrir o diálogo e ouvir os colaboradores». Depois, propõe pequenas ações de melhoria do espaço físico, porque «são mais fáceis de implementar e demonstrativas, no imediato, de que algo está a mudar». Exemplos? «Melhorar a copa; ter um local para as pessoas descansarem sem serem interrompidas; implementar um sistema de pausas». O passo seguinte será incorporar na farmácia alguns princípios importantes, como a celebração dos resultados e o reconhecimento do trabalho, «sendo fundamental, paralelamente, intervir junto das lideranças, para que tenham uma mentalidade mais orientada para o reconhecimento e o *feedback* positivo, e percebam como podem impulsionar um propósito novo na missão».

Generosa do Nascimento acrescenta novas dimensões ao tema da retenção do talento, esclarecendo, desde logo, que, neste âmbito, não existem fórmulas mágicas. «Não há modelo de gestão de recursos humanos. Cada farmácia tem de encontrar o seu», disse a professora do ISCTE. Perceber as características de cada colaborador, o tipo de comprometimento à empresa, a cultura que se pretende implementar e a liderança que se oferece são os primeiros passos para desenhar um modelo de gestão estratégica de recursos humanos.

À RFP, deixou algumas dicas concretas sobre aspetos a ter em conta, comuns a todas as farmácias. A primeira passa por assumir que os profissionais de saúde são pessoas altamente qualificadas. Parece uma verdade de La Palice, mas implica, no seu sentido mais profundo, que qualquer política de gestão de recursos humanos nesta área deverá adotar práticas muito customizadas. Se assim não for, se os modelos de gestão de desempenho, de formação ou de carreiras forem transversais a toda a organização, na forma e no conteúdo, «corre-se o risco de estes profissionais os entenderem como algo que põe em causa a sua diferenciação. E na equipa de uma farmácia, como se sabe, cada farmacêutico tem projetos e responsabilidades específicas, que o diferenciam dos demais». Acresce ain-



Luís Lourenço e Francisco Barros orientaram os trabalhos do workshop sobre desenvolvimento e progressão da carreira de farmacêutico comunitário



da o fator geracional, já que nas equipas se cruzam pessoas de várias gerações, cada uma delas com diferentes formas de ver o mundo e expectativas. «Por exemplo, às vezes diz-se que os farmacêuticos não podem trazer o seu telemóvel no bolso. Ora, a nova geração é incapaz de estar mais do que X tempo sem o telemóvel e o contacto com as redes sociais».

Em suma, «os líderes têm de entender que têm de ser cada vez mais transformacionais. A realidade quando entraram no setor é necessariamente diferente da que temos atualmente. Não basta a ideia de que as farmácias são pequenos núcleos familiares, e que o afeto é decisivo no compromisso de cada colaborador, porque isso não é bem verdade», avisa Generosa do Nascimento. «Nem todos os perfis estão perfeitamente ligados só por afeto. Há outros que vão sempre equacionar o que estão a ganhar ou a perder, e um líder tem de ter esta percepção». Tem, acrescenta, de procurar saber como é que as

peças se relacionam com as outras, quais são os seus fatores motivacionais e se a comunidade que servem, as causas sociais ou ambientais que defendem podem contribuir também para que queiram ficar. «Perguntam-me muitas vezes se a customização não tem o risco de os colaboradores se sentirem diferentes dos outros, e a resposta é: ainda bem! Quanto mais assim for, mais importantes as pessoas se sentem nas organizações. E pessoas que se sentem importantes são pessoas altamente produtivas, que vestem a camisola e, sem dúvida, trazem mais-valias à farmácia».

Numa sala ao lado, os recursos humanos das farmácias foram igualmente o mote dos trabalhos. Proprietários e colaboradores, mas também estudantes de Ciências Farmacêuticas, debateram os desafios que se colocam à carreira profissional de farmacêutico comunitário, na sessão “Desenvolvimento e Progressão da Carreira Farmacêutica”. No *workshop*, os participantes foram organizados em grupos de trabalho e chamados a apresentar as suas conclusões sobre o tema, que inclui-

ram aspetos tão diversos como os estágios curriculares, a especialização, a formação, o horário de trabalho, a remuneração, entre outros.

A sessão, moderada por Miguel Samora, da Direção da ANF, teve como ponto de partida a preleção de Luís Lourenço, presidente da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas, da Ordem dos Farmacêuticos, que sugeriu três dimensões de ação na abordagem à estratégia a definir para reter o talento nas farmácias: individual (ao nível do farmacêutico), laboral (da farmácia) e institucional (das organizações representativas das farmácias e dos farmacêuticos).

Francisco Barros, diretor da ANF, dedicou atenção especial à motivação dos elementos das equipas das farmácias, «área em que há imenso trabalho a fazer». «Os farmacêuticos comunitários devem passar a evoluir na carreira por questões técnicas, como o número de serviços farmacêuticos prestados e de consultas farmacêuticas», sendo que a remuneração deve ser «adequada», esclareceu.

CONSTRUIR HOJE O AMANHÃ

TEXTO: NUNO ESTEVES

Um Memorando de Entendimento entre a ANF e as associações de jovens farmacêuticos e de estudantes de Ciências Farmacêuticas foi assinado à margem da sessão paralela dedicada ao desenvolvimento profissional. O compromisso visa empreender estratégias de atração e retenção de talento nas farmácias comunitárias e prevê iniciativas de reforço da intervenção das farmácias na saúde da população; o fortalecimento da notoriedade científica e profissional da Farmácia Comunitária; o desenvolvimento e a formação profissional; o desenho de modelos de progressão na carreira; a intervenção política, cívica e social; entre outros aspetos.



Este momento assinala a vontade da ANF em «aumentar o potencial da prática profissional em Farmácia Comunitária» e «estimular a motivação dos novos e futuros farmacêuticos em desenvolver uma carreira desafiante e dinâmica nas farmácias», afirmou a presidente da ANF por ocasião da assinatura do acordo.

O memorando vigora por três anos e tem como signatários a ANF, a Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos, a Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia, e as associações ou núcleos de estudantes de oito universidades ou faculdades do país.

HELDER MOTA FILIPE

Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos

À BEIRA DE UMA NOVA REALIDADE

O representante dos farmacêuticos portugueses fala sobre a importância do reconhecimento de competências no desenvolvimento de uma carreira em Farmácia Comunitária.

ENTREVISTA: CARINA MACHADO

FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO

REVISTA FARMÁCIA PORTUGUESA: A Associação Nacional das Farmácias e a Ordem dos Farmacêuticos partilham a preocupação relativa à atração, retenção e desenvolvimento de talento nas farmácias comunitárias. Qual é a abordagem da Ordem a este tema?

HELDER MOTA FILIPE: Vemo-lo, de facto, como uma preocupação, mas também como uma oportunidade para desenvolver a carreira e a profissão, enquanto respondemos a necessidades atuais. A nossa estratégia passa por identificar serviços que podem ser desenvolvidos por farmacêuticos comunitários e que, simultaneamente, acrescentem valor para o doente e para o sistema. Há dois cujo acréscimo de

valor foi já reconhecido pelo Governo e que estão propostos no Orçamento do Estado para este ano, a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e a renovação da terapêutica crónica. A Ordem está muito empenhada em que sejam implementados durante este ano, com as condições técnicas adequadas e que exigem diferenciação dos farmacêuticos prestadores desses serviços.

RFP: Em concreto, como é que preconiza a diferenciação de que fala?

HMF: Baseada no reconhecimento de competências. Na dispensa em proximidade, por exemplo, alguns dos medicamentos abrangidos são de Oncologia, pelo que

«A AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS IMPRIME DIFERENCIAÇÃO DENTRO DAS EQUIPAS DAS FARMÁCIAS»

estamos a criar uma competência nessa área, tanto para farmacêuticos comunitários como hospitalares. Outra área em que é essencial o envolvimento dos farmacêuticos é na medição de dados de vida real. Para recolher e tratar dados, trabalhar em equipa cumprindo os princípios éticos e os direitos dos voluntários que entram nesses estudos, é preciso que os farmacêuticos tenham, ou devam ter, uma diferenciação em investigação clínica. Essa é a segunda competência formal que a Ordem vai desenvolver. Queremos, primeiramente, que todas as pessoas se sintam bem acolhidas e acompanhadas nos cuidados e serviços farmacêuticos que recebem, mas a aquisição de competências tem também como efeito imprimir diferenciação dentro das equipas das farmácias. Acreditamos que é um estímulo ao surgimento de uma nova realidade para os farmacêuticos comunitários. A diferenciação permite que vão evoluindo na sua carreira, acrescentando valor ao currículo, assim como as farmácias onde trabalham passam a ter argumentos para uma maior competitividade entre elas, de acordo com a competência e diferenciação do quadro farmacêutico que têm.

RFP: Já existe calendário para estas ações?

HMF: Os dois serviços de que falava, a que acrescento a revisão da terapêutica de doentes polimedicados, que nos foi também pedido numa reunião com a equipa ministerial, é suposto desenvolverem-se durante este ano. O Conselho de Qualificação e Admissão da Ordem está a terminar, por estes dias, o regulamento para a aquisição da competência em Oncologia, que será primeiro sujeito a crítica interna e depois a consulta pública. Logo que este processo termine, o Conselho está mandatado para iniciar o regulamento da competência em investigação clínica. Outra coisa importante são as normas técnicas de boas práticas. Estamos a ultimar com os Colégios



«Queremos que as pessoas se sintam bem acompanhadas nos serviços farmacêuticos que recebem», diz o bastonário

de Farmácia Comunitária e de Farmácia Hospitalar as normas técnicas para dispensa em proximidade e para a renovação da terapêutica crónica, para garantir que, em colaboração com o Ministério, a legislação que vai formatar estes dois serviços tenha em consideração os requisitos técnicos que a Ordem estabeleceu.

RFP: Tomemos como exemplo a dispensa em proximidade de medicamentos a pessoas com doença oncológica. É correto concluir que só os farmacêuticos comunitários com a competência reconhecida em Oncologia estarão aptos a prestar o serviço?

HMF: Não. O que vamos identificar, através da análise da própria norma técnica, das expectativas dos profissionais e dos doentes, é quais são as intervenções que exigem conhecimentos diferenciados. Ou seja, verificar qual o nível de serviço que todos os farmacêuticos podem prestar e quais os níveis de serviço mais diferenciado que apenas quem tem competências pode fazer. É preciso combinar as normas e os requisitos técnicos com a exequibilidade e o custo-efetividade. Não podemos ser maximalistas nas exigências se isso não acrescentar valor. Note-se que não temos ainda nenhum profissional com a competência reconhecida, porque a competência ainda não existe. Temos de ir equilibrando o desenvolvimento da própria massa crítica na profissão com a proposta de serviços diferenciados que esses colegas possam fazer, de forma segura e com qualidade.



MAPAS EM FORMA DE PÓSTER

Os trabalhos submetidos pelos congressistas podem ajudar a Farmácia Comunitária a encontrar novos caminhos.

TEXTO: CARINA MACHADO E NUNO ESTEVES
FOTOGRAFIA: MÁRIO PEREIRA

Perto de uma centena de resumos de trabalhos foram submetidos à apreciação da Comissão Científica do 14.º Congresso das Farmácias, que selecionou 70, distribuídos pelas categorias Profissional, Investigação e Iniciação à Investigação. Os cinco melhores classificados em cada categoria foram convidados a realizar um *pitch* e os dois mais bem pontuados dos grupos, seis no total, passaram a comunicação

oral. As dissertações tiveram lugar durante o congresso, naquela que foi a primeira sessão do género realizada na história do evento.

Tanto os vencedores das melhores comunicações orais como dos melhores pósteres científicos (ver caixa) foram anunciados na sessão de encerramento do congresso pelo presidente da Comissão Científica e Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Amílcar Falcão, que se regozijou com



A sessão de comunicações orais foi a primeira realizada na história do Congresso das Farmácias

a «produção de conhecimento» expressa na «quantidade e qualidade dos trabalhos apresentados pelos colegas farmacêuticos».

Em jeito de balanço, Amílcar Falcão disse à RFP ter-se sentido honrado com o convite para presidir a esta comissão e confessou a forte marca impressiva deixada pela constatação de que «tantos colegas, por esse Portugal inteiro, se preocuparam sempre em pôr o foco nos doentes e na melhoria da Saúde Pública».

Para o também Reitor da Universidade de Coimbra, em cada um destes trabalhos - «muitos deles com um nível metodológico de análise da informação já bastante avançado», observou -, particularmente na categoria Profissional, foi demonstrada, através dos dados apurados, a utilidade das farmácias. Crê, por isso, que têm «um potencial muito útil de ajuda à profissão no encontro de caminhos e na argumentação necessária à sua sustentação».

Também nas categorias de Investigação e Iniciação à Investigação, os temas tratados, embora mais académicos, «são muito importantes para a produção de conhecimento e evolução da própria profissão», enfatizou. «Daqui a poucos anos estaremos a lidar com novas abordagens terapêuticas, a migrar para a prevenção em terapias avançadas e medicamentos não convencionais. Estamos a entrar num mundo diferente, onde a mudança de paradigma vai existir, e nós temos de estar preparados. Fico, por isso, muito agradado por ver trabalhos de investigação neste congresso que abordam algumas destas matérias. Mostra que há colegas atentos e a fazer caminho na Academia, que é também um pilar da própria profissão farmacêutica».

MELHOR COMUNICAÇÃO ORAL



CATEGORIA
"PROFISSIONAL"
SARA CAETANO

Implementação de um Serviço de Consulta Farmacêutica Especializada em Condição Pós-COVID-19



CATEGORIA
"INVESTIGAÇÃO"
SÓNIA ROMANO

Impacto das Farmácias Comunitárias na Equidade Regional no Acesso aos Testes Rápidos de Antígeno (TRAg) de Uso Profissional para SARS-COV-2 em Portugal



CATEGORIA
"INICIAÇÃO À INVESTIGAÇÃO"
SARA CARDOSO

Optimizing chitosan-starch hydrogels for 3D printing of customized scaffolds

MELHOR PÓSTER CIENTÍFICO



CATEGORIA
"PROFISSIONAL"
NUNO PIRES

Avaliação do Impacto da Intervenção do Farmacêutico na Detecção Precoce da Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica



CATEGORIA
"INVESTIGAÇÃO"
MARIANA ROMÃO

The Phollow cohort: real-world therapeutic adherence to blood glucose lowering drugs (excluding insulins) in Portugal



CATEGORIA
"INICIAÇÃO À INVESTIGAÇÃO"
CATARINA LEBRE

Avaliação da Implementação de Estratégias de Controlo e Combate ao Tabagismo numa Amostra de Profissionais de Farmácias Comunitárias do Baixo Alentejo



PROF. AMÍLCAR FALCÃO

PRESIDENTE DA COMISSÃO CIENTÍFICA
E REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

«É IMPORTANTE RECUPERAR A TRADIÇÃO DOS ESTÁGIOS EM FARMÁCIA COMUNITÁRIA»

ENTREVISTA: CARINA MACHADO
FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO

REVISTA FARMÁCIA PORTUGUESA: A ANF está focada numa estratégia que permita estimular a atração e retenção de talento na Farmácia Comunitária. De um ponto de vista académico, o que é que poderá ser feito já?

AMÍLCAR FALCÃO: Enquanto professor da Faculdade de Farmácia, julgo que houve um claro ganho de competitividade por parte de outras áreas no que respeita à captação de recém-formados. Antes tínhamos mais facilidade de integrar gente jovem e perceber o seu valor através dos estágios, mas essa ferramenta perdeu-se um bocado. A indústria farmacêutica, em comparação, está muito mais agressiva, tem mais mecanismos. Julgo que, aqui, se deveria recuperar o passado. Depois, há o aspeto da formação. Vale a pena aprofundar o diálogo entre as estruturas da profissão, nomeadamente a ANF, e as faculdades. O perfil dos futuros farmacêuticos é moldado nos primeiros três anos de formação, e deveríamos criar espaço nessa fase para uma interação mais íntima entre os estudantes e a Farmácia Comunitária. Finalmente, a questão da remuneração, que neste momento é algo limitativo não da captação, mas da retenção de talento nas farmácias. Este não é um problema exclusivo do setor. Infelizmente, o país assiste à aproximação, a passos largos, do salário mínimo ao salário médio. Para retermos talento nas farmácias que, teoricamente, deve gerar mais-valia, será importante haver algum cuidado nas

carreiras. Há um conjunto de aspetos que devem ser trabalhados, e penso que a ANF está em excelentes condições para olhar esse assunto de frente.

«VALE A PENA APROFUNDAR O DIÁLOGO ENTRE AS ESTRUTURAS DA PROFISSÃO E AS FACULDADES»

RFP: Durante o congresso houve quem defendesse que uma maior integração das farmácias na rede de cuidados primários seria mais fácil se médicos e farmacêuticos pudessem contactar, em pequenos estágios à saída das faculdades, com a realidade de uns e de outros. Concorda com esta ideia?

AF: Essa interação pessoal seria muito mais útil do que algumas discussões políticas estéreis. As novas gerações têm uma mentalidade muito mais aberta a esse tipo de diálogo, um facto que deve ser aproveitado para conseguirmos dar passos em frente na colaboração entre as diferentes áreas profissionais. Há que perceber até onde podemos e devemos todos ir, e esse é um compromisso que só se consegue alcançar se tivermos a experiência de trabalho conjunto.



PAULO FERNANDES
Presidente da Comissão Organizadora
do 14.º Congresso das Farmácias

O ARRANQUE DE UMA NOVA PROFISSÃO

O 14.º Congresso das Farmácias foi idealizado para marcar o arranque de uma nova fase da Farmácia Comunitária portuguesa, pelo que, nesse sentido, dizer que terminaram os trabalhos é fazer uma afirmação que não poderia estar mais longe da realidade. Na verdade, eles começaram. E, no nosso entender, foi um início muito auspicioso.

Partimos para a realização deste evento com as fâquias bem elevadas, no propósito de reunir, num mesmo momento e espaço, todos os setores da Saúde. Queríamos, em conjunto, ouvir das pessoas que vivem com doença quais as necessidades que sentem e as preferências que têm na sua jornada no sistema de Saúde e, de forma articulada com os parceiros, perceber de que modo as farmácias e as suas equipas podem responder às questões levantadas e servir de ponte entre as diferentes instituições. No fundo, como sublinhou a nossa presidente no seu discurso na Sessão de Abertura, como é que podemos formalizar aquilo que é já hoje o nosso contributo para a sociedade.

Releva-se do computo dos três dias de debate não só o desejo, mas sobretudo a exigência das pessoas por uma maior intervenção do farmacêutico comunitário na gestão da sua saúde. Assim como não apenas a concordância, mas a necessidade expressa por outros profissionais de uma maior complementaridade com as farmácias. O objetivo é um e consensual: alcançar um sistema sustentável que sirva melhor as pessoas, sem duplicações, mensagens contraditórias e lacunas nos cuidados.

Todos os parceiros convergem na certeza de que não há tempo a perder. Que é preciso recorrer à capacidade instalada e às competências existentes para distribuir os cuidados pelas instituições que lhes dão resposta de forma mais eficiente. Que a rede de farmácias, com toda a sua mobilização e energia, não preenche apenas, e comprovadamente, os requisitos necessários: acrescenta valor, assente na proximidade à população e na qualidade técnica e disponibilidade dos seus profissionais de saúde.

PROGRAMA ABEM, BENEFÍCIOS COLATERAIS

Estudo de impacto social do Programa Abem revela poupança de 15 milhões de euros ao Estado.

TEXTO: CARINA MACHADO

Durante os primeiros cinco anos de existência, ao tornar possível às pessoas carentes o cumprimento da sua medicação, o Abem: Rede Solidária do Medicamento, permitiu ao Estado encaixar uma poupança calculada em mais de 15 milhões de euros. Um valor que só tem em conta os episódios de urgência e internamentos diretamente evitados pelo cumprimento das terapêuticas proporcionado aos beneficiários do Programa que, até março de 2023, já apoiou mais de 32 mil pessoas.

A conclusão é retirada do estudo de Avaliação de Impacto do Programa, entre maio de 2016 e junho de 2021, divulgado em Lisboa, durante a Conferência Abem, evento que contou com o alto patrocínio do Presidente da República.

Os dados apontam ainda que seria necessário um investimento de 147 milhões de euros para o Abem alcançar os 863 mil portugueses que todos os anos deixam de comprar os medicamentos de que precisam por não os conseguirem pagar, sendo, desse modo, o potencial de poupança para o Estado superior a 600 milhões de euros, só em internamentos e episódios de urgência evitados. «Os valores de poupanças estimadas seriam certamente

superiores, mas não temos dados disponíveis que nos permitam evidenciar, por exemplo, o número de baixas médicas prevenidas», sublinha Maria João Toscano, diretora executiva do Programa.

A responsável explica que o estudo teve como objetivo compreender as dinâmicas e o alcance das mudanças, medir a eficiência do valor gerado e perceber de que modo o Abem contribuiu para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Mas, também, produzir evidência concreta para suportar a angariação de fundos, acrescentou. «A sociedade está pouco alerta para o facto de que o acesso ao medicamento é um problema, pelo que temos de colocar o tema na agenda dos portugueses».

Em termos de repercussão na vida dos beneficiários, o Programa Abem impactou a percentagem daqueles que nem sempre conseguiam comprar os medicamentos prescritos, fazendo-a cair de 61% para 5%. De igual modo, com o Abem, a percentagem de beneficiários que deixavam de pagar outras despesas para comprar a medicação indispensável ao controlo das suas doenças diminuiu de 85% para 14%. Para mais de metade dos beneficiários, o fator a que atribuem maior relevância no Abem é o acesso anónimo e digno aos medicamentos.

ABEM EM NÚMEROS

* De maio de 2016 a março de 2023



32.196
BENEFICIÁRIOS
18.203
FAMÍLIAS APOIADAS



162
CONCELHOS ABRANGIDOS



187
ENTIDADES
REFERENCIADORAS



2.262.244
EMBALAGENS DE MEDICAMENTOS
DISPENSADAS



1.151
FARMÁCIAS ADERENTES

ANTES E DEPOIS DO CARTÃO ABEM

61% —→ **5%**

Beneficiários que nem sempre compravam os medicamentos prescritos pelo médico
(Estima-se que estes 5% correspondem a medicamentos não comparticipados pelo Estado, não abrangidos pelo Programa Abem)

50% —→ **7%**

Beneficiários que consideravam a sua qualidade de vida má ou muito má

85% —→ **14%**

Beneficiários que deixavam de pagar outras despesas para comprar medicamentos

FOTORREPORTAGEM

GALA APOIA 190 BENEFICIÁRIOS ABEM

TEXTO: CARINA MACHADO

FOTOGRAFIA: MÁRIO PEREIRA E MIGUEL RIBEIRO FERNANDES



Na noite de 10 de fevereiro, 610 pessoas convergiram para a Estufa Fria, em Lisboa, para participarem na Gala Solidária das Farmácias.

O evento, marcado pelo convívio e espírito filantrópico, proporcionou a angariação de 31.490€ a favor do Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento, montante que permitirá apoiar, durante um ano, 190 beneficiários no acesso, sem custos, aos medicamentos prescritos de que necessitam.

A ocasião serviu ainda para a entrega dos Prémios Expo-farma aos parceiros que se distinguiram pela sua participação no Salão de Farmácia.



Eugénio Fonseca, da Associação Dignidade, agradeceu, em nome dos beneficiários do Abem, a contribuição solidária dos participantes para o programa

N NO EVENTO
FORAM ANGARIADOS
CERCA DE 31.500 EUROS



A música de Áurea marcou o ritmo da noite



PRÉMIOS EXPOFARMA

Na noite da gala celebrou-se o habitual reconhecimento da excelência entre os participantes na Expofarma, com a entrega de prémios em seis categorias: "Interpares", "Escolha do Público", "Equipamentos e Serviços", "Indústria Farmacêutica", "Beauty Hub" e "Melhor Stand".





TRAg:

«AS FARMÁCIAS SUPERARAM-SE»

Estudo comprova sucesso da participação das farmácias na testagem massiva à COVID-19.

REPORTAGEM: SANDRA COSTA
FOTOGRAFIA: MÁRIO PEREIRA

«**D**urante a pandemia de COVID-19, as farmácias superaram-se e ajudaram os portugueses a superar a pandemia. 13 milhões de testes é mais um contributo que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) fica a dever às farmácias portuguesas», afirmou o ministro da Saúde. Manuel Pizarro falava no encerramento da sessão de apresentação do estudo que avaliou o impacto para a sociedade da integração das farmácias comunitárias na prestação do serviço de TRAg (Testes Rápidos de Antigénio) de uso profissional para diagnóstico da COVID-19. As conclusões do projeto de

investigação, implementado pelo CEFAR - Centro de Estudos e Avaliação em Saúde, da Associação Nacional das Farmácias (ANF), foram apresentadas a 15 de dezembro, em Lisboa.

A experiência revelou-se um sucesso e abre caminho à participação da rede de farmácias noutros campos, em parceria com o SNS. «Inspira-nos a utilizar a capilaridade da rede e a sua proximidade às pessoas, para prestar novos serviços de saúde aos portugueses», afirmou Manuel Pizarro. Já este ano, as farmácias vão ser envolvidas na renovação automática da prescrição de medicamentos

• A PROXIMIDADE E A CONFIANÇA DAS POPULAÇÕES SÃO AS PRINCIPAIS CAUSAS DO SUCESSO DAS FARMÁCIAS

para as doenças crónicas e dar continuidade à distribuição em proximidade de medicamentos hospitalares, iniciada durante a pandemia.

A presidente da ANF reiterou a disponibilidade da rede de farmácias para abraçar estes e outros desafios. «Há outras áreas de atividade que as farmácias já desenvolvem e podem vir a desenvolver, até estabelecendo protocolos com o SNS, de forma que as pessoas possam tratar dos seus problemas de saúde diretamente na farmácia comunitária, reduzindo a pressão sobre os cuidados de saúde primários e as urgências hospitalares», defendeu. Para Ema Paulino, a avaliação da intervenção das farmácias na testagem massiva à COVID-19 comprova que «a capilaridade e a competência das equipas das farmácias permite prolongar o braço do SNS».

Na mesa-redonda que se seguiu à apresentação do estudo, com a participação de representantes da Câmara Municipal de Lisboa, Direção-Geral da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, Grupo de Ativistas em Tratamentos (GAT) e Infarmed, foram apresentados exemplos de experiências da participação das farmácias em programas de saúde, em áreas como o VIH-sida e hepatites, e direcionados a públicos-alvo específicos, como a população idosa.

A proximidade das farmácias e a confiança das populações nos farmacêuticos foram as principais causas do sucesso destas experiências, defenderam os intervenientes. As farmácias têm particular facilidade em atrair a confiança das populações vulneráveis, como idosos ou imigrantes, e podem fazer a diferença no acesso à saúde, na promoção da literacia em saúde e na precocidade de diagnósticos, contribuindo para uma medicina preventiva.

O Ministério da Saúde está disponível para dar conti-



O exemplo dos TRAg «inspira-nos a utilizar a capilaridade da rede e a sua proximidade às pessoas, para prestar novos serviços de saúde aos portugueses», afirmou Manuel Pizarro



O estudo foi apresentado por Sónia Romano, do CEFAR - Centro de Estudos e Avaliação em Saúde, da ANF

nuidade a experiências-piloto já realizadas em Portugal, envolvendo as farmácias comunitárias, por exemplo no diagnóstico de infeções do VIH ou das hepatites virais, e para replicar no nosso país a experiência de outros serviços farmacêuticos que provaram ser casos de sucesso noutros países. «São projetos que temos de ter em cima da mesa e analisar em termos de utilidade para a saúde das pessoas e do ponto de vista da relação do custo-benefício», afirmou Manuel Pizarro.

A sessão terminou com a inauguração da exposição “Farmácias contra a COVID-19 – A liberdade em segurança”, organizada pelo Museu da Farmácia.

13 MILHÕES DE TESTES

Farmácias realizaram seis em cada 10 TRAg e população ficou satisfeita com o serviço.

As 1.650 farmácias envolvidas na realização de TRAg (Testes Rápidos de Antígeno), entre janeiro de 2021 e setembro de 2022, contribuíram para um maior acesso à testagem e um diagnóstico mais rápido da população, o que permitiu um isolamento mais célere e, por conseguinte, ajudou à redução do número de infeções.

O impacto da rede de farmácias fez-se sentir de forma mais acentuada junto da população mais vulnerável, isolada e envelhecida, revelou o estudo que avaliou a integração das farmácias comunitárias na prestação do serviço de TRAg de uso profissional para diagnóstico da COVID-19.

O questionário de satisfação realizado aos utentes mostrou elevado grau de satisfação com o serviço de testagem prestado e que a farmácia é o local de eleição para a realização de TRAg.

A FARMÁCIA É O LOCAL DE ELEIÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE TRAg, REVELOU O ESTUDO

MUNICÍPIOS DE PORTUGAL CONTINENTAL COBERTOS COM UNIDADES AUTORIZADAS PARA A REALIZAÇÃO DE TRAg ABRANGIDA PELO REGIME EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO DE PARTICIPAÇÃO PELO SNS (N=2.104)

DADOS A 31 DE JANEIRO 2022

LEGENDA:

- Farmácias (n= 1.369)
- Laboratórios (n= 679)
- Outras Entidades (n= 56)



IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DAS FARMÁCIAS NO ACESSO À TESTAGEM

REDUZ DISTÂNCIAS DE ACESSO A TESTES (KMS)



AUMENTA O NÚMERO DE HORAS DE ACESSO A TESTES (HORAS/1000HAB)



REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES*, EM ESPECIAL NAS POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS

* medido pelo índice de Gini

NO GERAL DO PAÍS



NOS MUNICÍPIOS COM
MENOS HABITANTES



NOS MUNICÍPIOS MAIS
ENVELHECIDOS



NOS MUNICÍPIOS MAIS
POBRES



Legenda: ● Distâncias ● Horas acesso

SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO COM SERVIÇO TRAg NA FARMÁCIA

REALIZARIA TRAg NOUTRA FARMÁCIA



Caso o serviço não estivesse disponível
na farmácia onde o realizou

PESSOAS SATISFEITAS COM O SERVIÇO

score >4,5 em todos os domínios
(nível de satisfação avaliado numa escala de Likert de 1 a 5)



4,8

Rapidez na comunicação
do resultado



4,8

Localização da farmácia



4,7

Confiança na competência
do profissional

ESTUDO DE AVALIAÇÃO "SERVIÇO DE TESTE RÁPIDO DE ANTIGÉNIO (TRAg) DE USO PROFISSIONAL
PARA SARS-COV-2 NAS FARMÁCIAS COMUNITÁRIAS EM PORTUGAL"



N = 1.074
PARTICIPANTES



SEXO
56,1%



IDADE MÉDIA
47,3 ANOS



TEM EMPREGO OU TRABALHO
68,6%



A presidente da ANF agradeceu a todas as farmácias «a entrega e o esforço hercúleo» na disponibilização do serviço aos portugueses

SERVIÇO CAMPEÃO

Dois prémios para a testagem COVID-19 nas farmácias, considerado exemplo maior do potencial da rede.

TEXTO: CARINA MACHADO

Com diferença de poucos dias, duas instituições distintas anunciaram a sua decisão de premiar o serviço farmacêutico de TRAg COVID-19 pelo contributo que, através dele, a rede de farmácias deu ao país para o controlo da pandemia e redução dos seus impactos na sociedade e economia portuguesas. O Júri dos Prémios Saúde Sustentável distinguiu-o na categoria de Cuidados de Saúde Centrados no Cidadão, e a organização dos Prémios Almofariz considerou-o Projeto do Ano.

No primeiro caso, o júri, presidido por Maria de Belém Roseira, quis reconhecer o impacto na normalização de um conjunto de atividades económicas e sociais, dependentes

de testes negativos. Na atribuição deste prémio, a 12 de outubro, foram valorizados os ganhos alcançados em Saúde, mas também a replicabilidade do projeto, a satisfação dos utentes com o serviço, e a sua sustentabilidade económica e ambiental.

Para o vice-presidente da ANF, Diogo Gouveia, o reconhecimento do Prémio Saúde Sustentável, «particularmente na categoria de Cuidados de Saúde Centrados no Cidadão, é motivo de grande orgulho para uma rede que tem na proximidade às pessoas o foco da sua atividade. Existe um enorme potencial de colaboração das farmácias com o Serviço Nacional de Saúde, e os TRAg vieram comprovar a bondade e a vantagem para as pessoas, e para



«A vacinação permitiu controlar a doença, a testagem nas farmácias permitiu libertar a saúde», considerou Diogo Gouveia

FOTOGRAFIA: MARLINE ALVES, JORNAL NEGÓCIOS

todo o sistema, do estreitamento dessas parcerias». «Se a vacinação permitiu controlar a doença, a testagem nas farmácias permitiu libertar a saúde dos portugueses», concluiu o responsável.

Os Prémios Saúde Sustentável são uma iniciativa da Sanofi e do jornal Negócios, e têm por objetivo a divulgação e incentivo das boas práticas da sustentabilidade da saúde em Portugal.

A 27 de outubro, seria a vez do serviço farmacêutico ser distinguido como Projeto do Ano com o Prémio Almofariz, um dos prémios setoriais mais importantes atribuídos atualmente em Portugal.

A redação da revista Farmácia Distribuição, entidade que há 28 anos promove a entrega destes galardões, reconheceu, assim, o contributo «ímpar das farmácias para a reabertura do país» e para a diminuição e controlo das infeções pelo SARS-CoV-2. Rita Lopes, coordenadora editorial da revista, sublinhou a organização e enalteceu o espírito de missão e resiliência dos farmacêuticos comunitários, que tornaram possível, num tão curto espaço de tempo, a prestação de um serviço novo em circunstâncias

tão extraordinárias. Em face dos resultados, e com mais de 13 milhões de TRAg realizados, «não podemos senão considerar que este é um exemplo das enormes potencialidades da intervenção das farmácias para o sistema de Saúde e para os portugueses».

Em Paulino, presidente da Associação Nacional das Farmácias, que recebeu o prémio em conjunto com a Associação de Farmácias de Portugal e o Infarmed, agradeceu a todas as farmácias «a entrega e o esforço hercúleo» necessários para a disponibilização aos portugueses de um serviço que se revelou crucial para a saúde e a liberdade das pessoas. A realização de TRAg COVID-19 nas farmácias, cuja implementação requereu muita coordenação institucional, trouxe também importantes aprendizagens que importa agora capitalizar, em benefício dos portugueses, defendeu. «Faz todo o sentido, à luz dos resultados excelentes que advieram da contratualização pelo SNS do serviço de TRAg COVID-19 às farmácias comunitárias, estender o modelo a outras áreas, como o VIH-SIDA ou as hepatites, e utilizar as infraestruturas criadas noutros campos».



Contar com a Farmácia Monteiro é importante para a população de Santa Comba Dão. As urgências hospitalares ficam a 20 quilómetros, em Tondela

«DESCOMPLICAR AS URGÊNCIAS DO PAÍS»

**FARMÁCIA MONTEIRO
SANTA COMBA DÃO**

Os testes de despiste de infeções urinárias nas farmácias ajudam utentes e descongestionam hospitais e centros de saúde.

REPORTAGEM: SANDRA COSTA
FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO

A infecção urinária não é uma emergência de saúde, mas «é uma urgência para quem a tem, o incómodo é bastante grande», lembra Sandra Mendes. Foi esta consciência, e a vontade de ajudar utentes aflitos com sintomas de cistite, que levou a farmacêutica a meter mãos-à-obra. Corria o verão de 2021, a informação sobre intervenção farmacêutica no caso de cistite, preparada pelo Centro de Informação do Medicamento e Intervenções em Saúde (CEDIME), da Associação Nacional das Farmácias, ajudou-a a «ganhar segurança» quando uma jovem utente a procurou.

Foi o primeiro teste rápido de des-
piste da infeção do trato urinário realizado pela Farmácia Monteiro, que há 20 anos serve a comunidade de Santa Comba Dão, do outro lado do rio da aldeia do Vimieiro, onde nasceu António de Oliveira Salazar. Um teste combur simples, igual aos que se fazem nas urgências dos hospitais e centros de saúde, que em cinco minutos deteta leucócitos, nitritos e proteína na urina. Ter um rápido diagnóstico não é uma questão menor. «Atuar logo, quando os sintomas ainda são leves, evita, por vezes, a necessidade de antibiótico», adverte a farmacêutica.

Desde então, sempre que algum utente com sintomas de cistite pede aconselhamento, a farmácia propõe o teste rápido. Por regra, o “sim” é a resposta. «As pessoas querem rapidamente deixar de sentir o incómodo» e as alternativas à farmácia são morosas. «Discreto, rápido e eficiente», resume Ercília Lopes, que recorreu à farmácia aos primeiros sintomas de desconforto. Confirmada a suspeita, uma médica amiga prescreveu-lhe o antibiótico, dois dias depois sentia-se bem. «Tranquilizou-me muito, porque fiquei com o problema resolvido e tenho toda a confiança na farmácia», diz a professora de Inglês aposentada, que tem na farmácia dois antigos alunos. «O primeiro impulso é ir à farmácia. Há uma proximidade muito grande com o utente», garante.

O TESTE NA FARMÁCIA PERMITE UM DIAGNÓSTICO RÁPIDO. «ATUAR LOGO EVITA, POR VEZES, A NECESSIDADE DE ANTIBIÓTICO»



Sem a Farmácia Monteiro, Ida Ferreira teria procurado um médico particular. «Não tinha outra solução»



Agilizar a prescrição do antibiótico, necessário quando o teste é positivo, é a preocupação das farmacêuticas Ana Paula Soares e Sandra Mendes



«Discreto, rápido e eficiente», diz Ercília Lopes do teste que fez na farmácia. «Fiquei com o problema resolvido»



Trata-se de um teste combur simples, igual aos que se fazem nas urgências dos hospitais e centros de saúde

A EQUIPA ORGULHA-SE DE NUNCA NINGUÉM TER RECORRIDO ÀS URGÊNCIAS DEPOIS DE FAZER UM TESTE NA FARMÁCIA

Sem a Farmácia Monteiro, Ida Ferreira teria procurado um médico particular. «Não tinha outra solução», desabafa energicamente a «ribatejana de gema», que continua a ter saudades de touradas e forcados, apesar de 62 anos a viver na Beira Alta. Não tem médico de família, mesmo que tivesse, sabe que seria difícil arranjar consulta. As urgências hospitalares ficam a 20 quilómetros, em Tondela, uma longa distância para quem tem 84 anos e não conduz. «Se fosse ao centro de saúde, estava lá horas e não sabia se tinham médico, mandavam-me para outro laboratório fazer análises e tudo isto de táxi». Confirma que não teve receio, é também aqui que faz a vacina da gripe, e aconselha: «Fazer o teste na farmácia facilita muito. É tudo familiar».

Dois dias após o teste, Sandra Mendes telefona a saber se está tudo bem. Nunca ninguém teve de recorrer às urgências depois de fazer o teste na farmácia, orgulha-se a farmacêutica. Por norma, o diagnóstico positivo apenas requer cumprir a terapêutica, só quando há outros sintomas, como sangue na urina, é aconselhada uma consulta médica. Agilizar a prescrição do antibiótico é agora a preocupação de Sandra Mendes e da diretora-técnica da Farmácia Monteiro. Em outubro reuniram-se com a diretora do centro de saúde local e «a recetividade foi boa», conta Ana Paula Soares. A ideia é que, face a um caso positivo, dito simples, a farmácia possa contactar o médico de família do utente, pedindo o envio da receita médica para o seu telemóvel ou a entrega aos administrativos do centro de saúde.

«Os serviços farmacêuticos, este e outros, podem ajudar imenso a descomplicar as urgências deste país». Sandra Mendes só queria ver assegurada uma interligação eficaz entre a farmácia e os cuidados de saúde primários. Não tem dúvidas: «Seria uma vantagem enorme para o Serviço Nacional de Saúde».



FARMÁCIA INTERNACIONAL
MONTE GORDO

ALÉM DO MEDICAMENTO

População quer mais serviços na farmácia.

REPORTAGEM: PEDRO VEIGA

FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO

Monte Gordo transforma-se quando o verão termina. A maioria dos turistas regressa a casa e entrega a vila algarvia às rotinas dos residentes. «É uma zona piscatória, de população mais envelhecida, com os seus problemas de doenças crónicas, que passam muito pela hipertensão e pela diabetes, falando das mais comuns», descreve Ricardo Pereira, proprietário e diretor-técnico da Farmácia Internacional.

Ausenda Pinto, de 78 anos, encaixa na descrição. Apresenta-se como «reformada, mas ainda no ativo», porque gere «um barzinho, aqui em Monte Gordo, que

está fechado no inverno e só abre à noite no verão». Meio trabalho, meio diversão, já que diz que o faz «mais para me entreter, para eu e o meu marido não estarmos sozinhos em casa». Ausenda é visita frequente da Farmácia Internacional. Diz ter a glicémia e o colesterol «um bocadinho altos, por isso, de vez em quando, venho aqui fazer o teste para saber se tenho de controlar um pouquinho aquilo que como e bebo». É uma questão de comodidade, justifica, «porque é o que tenho mais próximo. Como não sei conduzir, para ir mais longe estou dependente do meu marido, e como estou contente com o atendimento e com o serviço, continuo a vir».

Ausenda é a segunda cliente do dia a passar na farmácia para fazer a medição de parâmetros. Carlos Venâncio, de 76 anos, reformado do setor hoteleiro, faz medicação para controlar a tensão arterial e o colesterol. A ida regular à farmácia permite-lhe estar alerta para a necessidade de algum ajuste à terapêutica ou ao estilo de vida. «É uma vantagem ter um serviço de proximidade assim. Acho maravilhoso para a população local, porque é-se bem atendido e evitamos ter de nos deslocar a Vila Real de Santo António».

A resposta da Farmácia Internacional ao esforço de testagem realizado no âmbito da pandemia de COVID-19 solidificou os laços de confiança com a comunidade e evidenciou uma rede capaz de ir além da dispensa de medicamentos e disponível para alargar a oferta de cuidados de saúde. «A farmácia é, quase sempre, o primeiro local a que se desloca quem tem um problema de saúde. Acaba por ser um filtro», sublinha Ricardo Pereira. O diretor-técnico considera que há uma oportunidade a aproveitar, com benefício para todos: «Pelo nosso histórico de ser-

viço, a população confia no nosso trabalho e isso é muito importante. E a pandemia mostrou que as farmácias conseguem responder muito bem: organizaram-se, fizeram, tiveram sucesso. Porque não alargar esse exemplo?».

Um dos testes que a Farmácia Internacional realiza deteta, a partir de uma única colheita, a presença de antígenos não só do SARS-CoV-2, mas também dos vírus *Influenza* de tipo A e B. Ricardo Esteves, farmacêutico-adjunto, dá o contexto: «O teste para a *Influenza* já existia, mas quase não era utilizado. A procura surgiu no pós-COVID e, para mim, a principal mais-valia de se



Ausenda Pinto visita regularmente a Farmácia Internacional para controlar a glicémia e o colesterol



A testagem em contexto de farmácia permite identificar rapidamente situações de risco

«A POPULAÇÃO CONFIA
NO NOSSO TRABALHO
E ISSO É MUITO IMPORTANTE»



Ricardo Pereira, proprietário e diretor-técnico da Farmácia Internacional, defende o alargamento da intervenção das farmácias

COM A TESTAGEM «PODEMOS FILTRAR MUITOS PROBLEMAS A MONTANTE DAS URGÊNCIAS»

poder testar COVID e gripes é uma questão de proximidade e tempo. Tenho sintomas, será que é COVID? Será que não é COVID? O que será? Eu vou à farmácia e, em 15 minutos, tenho a resposta». Ricardo fala de experiência própria, também como doente. Depois de já ter tido COVID-19 uma vez, voltou a ter sintomas. «Decidi fazer logo o teste combinado e, pronto, era gripe A. Fiquei a saber de imediato qual era a patologia».

O exemplo de Ricardo Esteves é idêntico ao de vários utentes, que veem na farmácia um espaço para uma

prestação mais alargada de cuidados de saúde, que faz medições de parâmetros bioquímicos e assegura a testagem de doenças como a COVID-19, gripe ou infeções urinárias, que está preparada para fazer a administração de injetáveis ou avaliar o tempo de protrombina, essencial para monitorizar a terapêutica oral com anticoagulantes.

«Eu diria que o Ministério da Saúde deveria usar mais as farmácias em benefício da população e do próprio sistema. Se esta testagem for comparticipada, massifica-se, com todas as vantagens que daí se podem retirar», defende Ricardo Pereira. «Temos urgências lotadas, gente que espera quatro, cinco horas para ser atendida, equipas médicas saturadas. Se nós, farmácias, pudermos filtrar muitos desses problemas a montante, vamos facilitar o trabalho do Ministério da Saúde e o custo vai ser bem menor do que aquele que se tem com as pessoas acumuladas nas urgências e nos centros de saúde, enquanto outras, que realmente precisam, acabam depois por não ter acesso».



FARMÁCIA SILVA DOMINGOS VILA DE REI

TESTAGEM DE PROXIMIDADE

Alargamento da oferta de testes poupa deslocações aos utentes.

REPORTAGEM: PEDRO VEIGA

FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO

Mal-estar geral, náuseas frequentes, sensação de enfiamento após as refeições e emagrecimento súbito. Estes foram os sintomas que anunciaram a Maria Adelaide Ventura, de 65 anos, que algo não estava bem com a sua saúde. «Andei assim muito tempo», recorda, «até ir ao médico fazer os exames e acusar a bactéria». A bactéria a que se refere é a *Helicobacter pylori*, causa frequente de úlceras pépticas e gastrites, apenas resolvidas com recurso a antibiótico. Foi essa a solução prescrita pelo médico de Maria Adelaide mas, «depois de terminar o antibiótico, continuava mal», explica. Preparava-se para agendar nova consulta, para tentar saber por que razão persis-

tiam os sintomas, quando «vim à farmácia e percebi que faziam o teste a essa bactéria. Fiz o teste e ainda estava positiva. Falei logo com o médico, que me receitou outro cocktail de antibióticos».

O teste à *Helicobacter pylori* é um dos serviços prestados na Farmácia Silva Domingos, em Vila de Rei. Faz parte de um leque de outros testes disponibilizados pela farmácia, alargado após a boa receptividade da população ao trabalho de testagem à COVID-19, realizado a partir de janeiro de 2021. «No princípio, estava um bocado renitente em fazer os testes, porque o gabinete é único, não é muito amplo, e ia obrigar a um esforço grande na desinfeção», recorda Maria de Lurdes Domingos, proprie-



Vila de Rei não tem serviço de urgência nem oferta permanente de serviço de colheitas para análise clínica em laboratório

tária e diretora-técnica da farmácia, «mas, uma vez que foi permitida a realização fora da farmácia, adaptámos uma carrinha de transporte de pessoas de mobilidade reduzida e estacionámo-la aqui à porta. As pessoas preenchiam todos os papéis no *hall* da farmácia e faziam os testes dentro da carrinha. Correu muito bem».

Um dos testes que passou a poder ser feito na farmácia recentemente foi à *Streptococcus pyogenes*, bactéria muitas vezes responsável por dores de garganta. Foi, aliás, essa a hipótese que ocorreu a Nuno Farinha, consultor informático, após dois dias com aquilo que descreve como «algum desconforto na garganta». Ponderou deslocar-se ao hospital mais próximo, em Abrantes - «teria perdido uma manhã ou uma tarde, porque as filas de espera nos hospitais são cada vez maiores», justifica -, mas acabou por decidir passar primeiro na farmácia e fazer ali o teste: colheita orofaríngea com zaragatoa e 15 minutos de espera até chegar o resultado. «O teste deu negativo, acabou por não ser uma inflamação de grande dimensão. Foram-me aconselhadas umas pastilhas e, passado um dia, comecei a notar melhorias até a dor desaparecer».

Vila de Rei não tem serviço de urgência nem oferta permanente de serviço de colheitas para análise clínica em laboratório. Neste contexto, a testagem em farmácia ganha importância redobrada enquanto ferramenta diagnóstica de proximidade e resposta rápida. Maria de Lurdes Domingos acrescenta-lhe ainda outra dimensão de utilidade: a gestão das expectativas dos clientes.

■ A AO HOSPITAL, MAS PASSOU PRIMEIRO NA FARMÁCIA. FEZ O TESTE, DEU NEGATIVO. NUNO JÁ NÃO FOI À URGÊNCIA



A Farmácia Silva Domingos realiza vários testes de despiste à presença de bactérias



O alargamento da oferta de testes na farmácia poupa tempo e deslocações à população de Vila de Rei



Maria dos Anjos Melo elogia a facilidade de acesso e rapidez da resposta dos testes às infeções urinárias



Maria de Lurdes Domingos, proprietária da farmácia, sublinha a confiança que a comunidade tem no trabalho da equipa que lidera

«O sítio onde a pessoa vem primeiro é à farmácia e há muitos pedidos ao balcão de “dói-me a garganta, eu quero um antibiótico”. Com este teste, podemos responder “olhe, nós temos uma forma de saber se a sua infeção é viral ou bacteriana”. Se for viral, fazemos o aconselhamento; se for bacteriana, podemos entrar em contacto com o médico com essa informação».

Este tipo de interação já acontecia antes da pandemia de COVID-19, com utentes com sintomas de infeção urinária. A testagem de despiste destas infeções foi dos primeiros serviços do género a ser disponibilizado na Farmácia Silva Domingos. Maria dos Anjos Melo, 54 anos, empregada numa salsicharia, utilizou-o recentemente. «De vez em quando, tenho infeções urinárias que se manifestam muito rapidamente, logo com muita dor», começa por contextualizar. «Fiz o teste, deu positivo, a seguir tomei o antibiótico, como recomendou a médica de família, e fiquei bem».

Para Andreia Domingos, outra utente da farmácia, a acessibilidade do serviço foi essencial para tomar decisões sobre a gestão de um episódio com a filha. «Durante vários dias, sempre que ela ia à casa de banho, sentia incómodo. Passei na farmácia, numa sexta-feira à noite, para comprar um daqueles copos para análises de urina, e foi quando me explicaram que poderiam fazer o teste no dia seguinte. Como o laboratório de análises só estava aberto na terça-feira, foi uma questão de *timing* e de custo, porque foi muito mais barato na farmácia», resume. «O teste acabou por dar negativo e depois, em consulta com o pediatra, percebeu-se que era outra coisa, mas o teste deu logo para despistar aquela infeção».

Maria de Lurdes Domingos vai manter a aposta da farmácia nos serviços de testagem para despiste de doenças. A experiência acumulada com a pandemia tornou evidente o valor das farmácias nesse domínio: têm profissionais capazes de dar resposta e a capilaridade da rede permite um grau de proximidade e acessibilidade que outros serviços de saúde não conseguem oferecer. O que falta, então, para que este tipo de serviço farmacêutico atinja o seu potencial? Vontade, afirma a diretora-técnica da Farmácia Silva Domingos. Vontade de ultrapassar as barreiras económica e de conhecimento: «É preciso comunicar às pessoas que a farmácia não é só dispensa de medicamentos. Tem de haver mais divulgação destes serviços e eles têm de ser mais acessíveis. Alguns testes são caros e se houvesse uma comparticipação da parte do Estado, acho que faria uma enorme diferença».



A CONTADORA DE HISTÓRIAS

A centenária Monte, em Vila Viçosa, tornou-se na primeira farmácia portuguesa a obter a classificação de património cultural.

TEXTO: JOÃO CORDEIRO E JOÃO NETO
FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO

Há 110 anos, a Farmácia Monte, em Vila Viçosa, abriu portas ao cuidado da saúde da população local, através da prestação dos essenciais serviços farmacêuticos, ligados à produção, preservação, aconselhamento e dispensa de medicamentos. Cento e dez anos volvidos, no dia 1 de agosto de 2022 iniciou-se uma nova fase da sua vida: a musealização do espaço histórico. Nascia, assim, a primeira farmácia portuguesa classificada como património cultural, protegido no seu todo: edifício, espaço interior e artefactos.

A ostentação do título de “Coleção Visitável Farmácia Monte” marcou o culminar de um processo que se arrastava há anos e que só conheceu desenvolvimentos profícuos com a nova estrutura política da Câmara Municipal de Vila Viçosa, em particular da vereação da Cultura. Com o apoio do Museu da Farmácia, foi possível à família Monte Lopes dar os passos necessários no sentido da preservação de um património, que também é local, e possibilitar a todos os visitantes que o desejem conhecer as áreas técnico-científicas, sentir o ambiente e contactar com os obje-

tos que permitiram à centenária farmácia, fundada pelo farmacêutico António Victor do Monte, servir a população alentejana em proximidade e segurança.

A luta travada pelo neto, Vítor Monte Lopes, não foi pequena. Cabe sublinhar o seu sentido de cidadania, assim como a dedicação de toda a equipa da farmácia, que, durante largo tempo, teve de ultrapassar as exigências técnicas e arquitetónicas de viver num espaço histórico, ao mesmo tempo que prestava serviços farmacêuticos do século XXI.

Existem, por todo o mundo, projetos semelhantes, mas a Monte é, em Portugal, a primeira farmácia comunitária musealizada na sua localização original, um marco importante não só para a própria, mas também para Vila Viçosa e, em particular, para o património farmacêutico nacional. Seria ótimo que, de singular, a Monte passasse a pioneira de uma nova forma de articulação entre as várias entidades com responsabilidades culturais e turísticas no nosso país. O seu é, sem dúvida, um bom exemplo a seguir.



ORDEM COM ARGUMENTOS SECULARES

TEXTO: PAULO MARTINS

FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO

É da controvérsia entre os estatutos de profissional liberal e de comerciante que emerge a reivindicação de criar uma Ordem dos Farmacêuticos. A proposta, lançada em 1940, só vingaria mais de três décadas volvidas. No rescaldo do ano do organismo, visitar a História também permite identificar divergências, no seio da própria classe, sobre este modelo institucional.

A “representação” apresentada pelo Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (SNF), em 31 de dezembro de 1940, a Trigo de Negreiros, subsecretário de Estado

das Corporações e Previdência Social, usava como argumentário decisões judiciais do século XIX, arrancadas a baús poeirentos – uma delas, da Relação de Coimbra, datada de 1835, ano anterior à fundação da Sociedade Farmacêutica Lusitana, “avó” da atual Ordem. Por que diabo o SNF recuou um século para defender uma Ordem, que já então constituía a base organizacional de advogados, engenheiros e médicos? Porque o regime constitucional, ainda em construção a meados de Oitocentos, era azeite bem contrastante com a água salazarista.

«O S FARMACÊUTICOS NÃO QUEREM NEM PODEM SER CONSIDERADOS COMERCIANTES OU INDUSTRIAIS»

O documento entregue ao Governo, então reproduzido no jornal oficial do Sindicato, invoca a condição de profissão liberal – «os farmacêuticos não querem nem podem ser considerados comerciantes nem industriais». A Justiça da falecida monarquia abonava a favor da tese. O citado acórdão da Relação entendia a atividade exercida nas farmácias como «adquirida em provas científicas para a manipulação de drogas e de medicamentos». O Supremo Tribunal, em 1844, reforçava: «O farmacêutico não se limita a polir e trabalhar a coisa comprada sem alterar a sua substância». Vende «objetos criados pelo seu trabalho científico e indústria primitiva».

A evolução para uma Ordem não estava, todavia, isenta de escolhos. «Se os farmacêuticos forem considerados exercendo pela propriedade da farmácia uma profissão liberal, deverão enquadrar-se exclusivamente no Sindicato, mas se forem considerados comerciantes e as farmácias empresas comerciais, é justo que constituam também um grémio», observava o SNF. Duro nas críticas ao organismo representativo dos proprietários, por «acirrar ressentimentos, alimentar dissidências e aumentar as dificuldades económicas», afirmava-se favorável a que a nova entidade resultasse da fusão do Sindicato com o Grémio.

A avaliar pela ata da reunião de 25 de julho de 1941, da Direção do Grémio Nacional das Farmácias, conservada pelo Arquivo Histórico das Farmácias, da ANF, a proposta sindical agradou ao subsecretário de Estado. A prova de que as duas organizações estavam em guerra reside na linguagem adotada: era «destrutiva» a ação do SNF e «nociva» a criação da Ordem. Afiavam-se espadas, já que o consultor jurídico foi encarregue de «defender a situação do Grémio da forma que julgar mais conveniente à sua manutenção».

A Ordem, porém, só avançou em agosto de 1972, já no consulado de Marcello Caetano. Em 1969, o SNF voltara a reivindicá-la, invocando razões deontológicas, mas também o desejo de obter representação na Câmara



INICIALMENTE CONTRA, O GRÉMIO APLAUDIU A FUNDAÇÃO DA ORDEM

ra Corporativa. O Grémio, esse, convertera-se à mudança. Na primeira reação à fundação da Ordem, aplaudiu em editorial do seu Boletim uma «antiga aspiração, peticionada ao Governo há mais de 10 anos».



— *VÍTOR SEGURADO (1959-2023)* —

O BEM-HUMORADO ORGANIZADOR

TEXTO: PAULO MARTINS



No 13.º Congresso das Farmácias, em 2018

Quando se procura um denominador comum às recordações de quem privou com Vitor Segurado, duas palavras despontam: homem bom. Bastam para descrever um conjunto de qualidades: disponibilidade para os outros, lealdade, queda para a brincadeira, modéstia e uma irreprimível tendência para tudo organizar ao milímetro – nas viagens as pistas de esqui, como na ANF, em cuja Direção assegurou durante duas décadas os pelouros da informática e da gestão.

Alfacinha por nascimento, sadino por opção, o farmacêutico que partiu em abril passado conservava um ritual que em vida lhe granjeou respeito e na morte saudade: a visita aos departamentos com os quais lidava, antes de cada reunião semanal. O tratamento dos funcionários por um *petit nom* quebrava eventuais barreiras. Que o digam Alda Guerrinha, “menina Guerrinha”, ou Alexandra Gomes, “Madame Gomes”. A razão de ser da atitude registou-a o próprio, em 2012, na Revista Farmácia Portuguesa: «Colaboro há muito tempo com as mesmas pessoas, conheço-as bem e construímos uma relação de confiança mútua, com processos muito rotinados, e isso traz-me paz».

NÃO TENDO SIDO
O INICIADOR, FOI A ALMA
DA INFORMATIZAÇÃO DAS FARMÁCIAS»

Nascido em 1959, Vitor Manuel Lopes Segurado assumiu, mal acabou o curso, em 1987, o leme da Farmácia Nova, em Setúbal, cujo pessoal acolheu como extensão da família. A prática de voleibol – virá daí o gosto pelo jogo de equipa? – retardou a entrada no associativismo. Quando finalmente avançou, fê-lo em duas frentes. No setor cooperativo, esteve “em todas” – nos corpos gerentes da Codifar, Udifar e União dos Farmacêuticos. Na ANF, cujo pulso tomou como delegado de zona, entrou para a Direção, pegando de estaca, em 1998. Passou, entretanto, pela administração de empresas como a Finanfarma, a Alliance Healthcare, a hmR e a Glintt.



Num Conselho Nacional, em 2019, sob Direção de Paulo Cleto Duarte

Na citada entrevista, admitiu ser «demasiado organizado», mas acrescentou que só assim poderia servir um pensamento estruturado. Sendo a sua praia a parte administrativa, de que muitos farmacêuticos fogem como o Diabo da cruz, confiava nos outros para cuidarem da vertente política. «Com facilidade e naturalidade assumia a liderança dos processos, aos quais dedicava tempo de planeamento para garantir uma experiência ou produto satisfatórios para todos», assinala a atual presidente da ANF. Segundo Ema Paulino, com ele «o itinerário estava bem estudado e nunca deixava ninguém para trás».

Vice-presidente de dois líderes – João Cordeiro e Paulo Cleto Duarte – manteve intacto o *low profile*. «Um lugar sombra, o papel de bom conselheiro, humilde e sensato», era adequado à sua personalidade, no juízo de Abel Mesquita, da Associação. «Leal, incapaz de uma patifaria, procurava a unidade sem radicalismos», garante. «Confiávamos um no outro sem limites», afirma Cordeiro, habituado a ouvir do colega, em momentos de crise, uma frase tranquilizadora: «Calma João, que isto vai resolver-se!». O dirigente histórico da ANF não poupa elogios à pessoa com quem trabalhou mais de 30 anos – «leal, competente,

ADMITIA SER DEMASIADO ORGANIZADO, MAS ACREDITAVA QUE SÓ ASSIM CONSEGUIRIA SERVIR UM PENSAMENTO ESTRUTURADO

rigoroso e organizado». Paulo Cleto Duarte dedica a Vítor Segurado uma frase de Saint-Exupéry: «Aqueles que passam por nós, não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós». O antigo presidente sente-se inspirado pelo seu exemplo de «humildade, simplicidade, rigor e dedicação à causa da saúde dos portugueses».

«Um facilitador. Nunca intervinha para agudizar, mas para apaziguar»: eis a imagem mais impressionante que guardou Maria da Luz Sequeira. Lembra um companheiro de funções diretivas «bastante perfeccionista», que podia até não se pronunciar na fase prévia à tomada de decisões, mas apenas por sentir necessidade de maior ponderação. Quando falavam de contas, sendo Maria da Luz respon-

sável pela estrutura associativa, sabia que contava com ele para «garantir que as coisas fossem mais clarividentes e se evitassem abusos».

Entre dois amores, a informática e o esqui, nunca abdicou de nenhum. Uma mensagem dirigida em dezembro passado a Miguel Lança, responsável pela Direção de Sistemas de Informação e Transformação Digital, revela que nem os duros tratamentos a que já estava a ser submetido lhe roubaram a paixão pela tecnologia: «Sabe se estamos a ter problemas com o e-mail da Farmalink?». Conheceram-se nos anos 1990, ainda antes de o amigo de quem fala com voz embargada entrar para a Direção da Infarma – Cooperativa de Informática das Farmácias. Lança sustenta que «não tendo sido o iniciador, foi a alma da informatização das farmácias».

Em setembro de 2022, a hospitalização apanhou de surpresa, em cima das comemorações do 25.º aniversário, a “Tribo comDor”, grupo de companheiros do esqui, de que era o «líder natural», de acordo com Rui Novo. «O mundo farmacêutico vai ter muita dificuldade em encontrar alguém com o seu perfil», garante o amigo de longa data, recordando a passagem de ambos pela Direção da ANF. «Simple – por vezes demasiado; até o criticava por isso –, nada ambicioso, amigo do seu amigo, honestíssimo e competentíssimo», diz Rui Novo, abrindo a janela para vivências mais privadas. Na casa de férias, em Tróia, tratava do jantar para todos – «bom cozinheiro, não deixava entrar ninguém na cozinha» – e no final oferecia a cada conviva uma garrafa da sua bebida preferida. Rui Novo partilhou com o farmacêutico, que media a temperatura das águas de termómetro na mão, várias viagens ao estrangeiro, atrás da neve. Vítor Segurado programava tudo, até o dia-a-dia nas pistas de esqui. «Tínhamos de cumprir rigorosamente, se não ele zangava-se». Sol de pouca dura, claro, porque depressa recuperava a proverbial boa disposição.

EXCLUSIVO ONLINE

Aceda, em www.revistasauda.pt, aos testemunhos de homenagem a Vítor Segurado.



Numa das viagens à neve com a Tribo ComDor, cujo logotipo enverga estampado no casaco



Em 2012, na ação Farmácia de Luto, na Direção liderada por João Cordeiro

RECONHECIMENTO

EMA
PAULINO



©PEDRO LOUREIRO

Nas páginas desta edição da Revista Farmácia Portuguesa fala-se, sobretudo, do presente e do futuro da Farmácia Comunitária. Mas estes foram tornados possíveis por um passado de co-construção, que contou com o contributo de muitos, ao longo de vários anos.

Uma dessas pessoas foi Vítor Segurado, a quem prestamos uma singela homenagem, com um texto que nunca seria capaz de captar todas as dimensões do profissional, do líder e da pessoa. O Vítor era multidimensional na forma como incluía as perspetivas de todos na conceção dos projetos e, no entanto, era também das pessoas mais retas com quem tive oportunidade de me cruzar. O setor ficar-lhe-á para sempre com uma dívida de gratidão, que o Vítor nunca iria cobrar.

Também é de reconhecimento que falamos quando refletimos sobre a resposta das equipas das farmácias às necessidades da população, moldadas pela pandemia de COVID-19. Nos momentos de incerteza, não houve hesitações. Nos momentos de pressão, houve capacidade. Não tenhamos dúvidas de que são estas características que agora nos posicionam num outro patamar de relacionamento com o Serviço Nacional de Saúde, e que abrem portas a outras formas de servirmos a saúde pública e individual.

Foi sobre esta reflexão que assentou a premissa do tema do 14.º Congresso das Farmácias. A Saúde Próxima de Todos é exequível, porque à nossa capilaridade encontra-se aliada uma qualificação sem paralelo na grande maioria dos países com que Portugal normalmente

se compara. A Saúde Próxima de Todos é praticada, como demonstrou a participação em massa dos proprietários de farmácia e suas equipas nos trabalhos. E como nos foi dado a observar, a Saúde Próxima de Todos é desejada por todos os parceiros e instituições de saúde que foram convidadas a refletir connosco, porque é da complementaridade que surgem as soluções mais capazes e eficientes.

A Direção da ANF desejou, desde o primeiro momento, que o 14.º Congresso das Farmácias, a sua Gala Solidária e a Expofarma 2023 fossem um momento de reencontro e relançamento de um setor que foi colocado sob grande esforço durante a pandemia de COVID-19. Ultrapassámos esse desafio e demonstrámos que estamos de boa saúde e com saúde para dar aos portugueses.

Há, portanto, um reconhecimento devido a toda a equipa que organizou estes eventos do setor. E um reconhecimento pelo trabalho diário que lhes deu suporte, porque sem conteúdo não há forma. A ANF vive do trabalho diário e afincado dos nossos colaboradores, assim como o setor vive do compromisso que cada elemento das nossas equipas assume para com a qualidade de vida das pessoas com quem interagimos.

Reconhecida pelo trabalho e dedicação de todos os que nos permitiram chegar aqui, e entusiasmada com um futuro em que nos revemos, porque participamos (todos) na sua conceção.

Obrigada.

GAME OF FARMA

- o jogo da farmácia -

A Primavera chegou
ao GOF...

escolhe o teu caminho
Constrói o teu destino!

Iniciativa:

**FARMÁCIA
DISTRIBUIÇÃO**
Revista Profissional da Farmácia

Apoios:



ESCOLA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM SAÚDE E GESTÃO



Associação
PORTUGUESA
de FARMÁCIAS

FARMÁCIAS HOLON



OCP
PORTUGAL
e PHOENIX company

maisfarmácia
à sua medida

Instituto
Pharmcare



JOGA ONLINE



**Rápido
respirar
livremente**

**ALÍVIO
RÁPIDO**

Vicks Sinex Respir
descongestiona o nariz
em apenas 25 segundos.



+

**REDUZ
A RINITE**

Vicks Sinex Respir reduz
comprovadamente a duração
da rinite de 6 para 4 dias.



**E RECUPERE
2 DIAS MAIS CEDO!**



Vicks Sinex Respir, solução para pulverização nasal, cloridrato de oximetazolina. Medicamento descongestionante nasal para situações de sinusite e rinite aguda, alérgica ou vasomotora. Não utilizar se sofre de rinite seca e em crianças com menos de 6 anos. Leia cuidadosamente o folheto informativo e a rotulagem e, em caso de dúvida ou persistência dos sintomas, consulte o seu médico ou farmacêutico.